

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

Raíssa Gabriela Morés

DISCURSO FUNDADOR E IDENTIDADE GAÚCHA:
Um estudo sobre o movimento separatista *O Sul é o meu país*

Porto Alegre,
2. semestre
2022

Raíssa Gabriela Morés

**DISCURSO FUNDADOR E IDENTIDADE GAÚCHA:
Um estudo sobre o movimento separatista *O Sul é o meu país***

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho

Porto Alegre,
2. semestre
2022

À minha Tia Mana, que me ensinou que eu podia ser mais do que eu imaginava. Ousou acreditar que daria certo, quando eu tive medo do novo. E deu. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que não foram nem um pouco egoístas e me incentivaram em todo o percurso a seguir com os meus objetivos mesmo que isso implicasse em me ter um pouquinho longe. Obrigada por todo apoio e incentivo que vocês me ofereceram ao longo da vida, provando que o excesso de amor parental pode sim ter bons resultados.

Ao meu irmão, que não entendeu o afastamento, fingiu que sim, e até hoje me cobra por ter saído de casa. Obrigada pelas risadas, os abraços desproporcionalmente fortes e por ser meu “parzinho”.

À Vó Benta, que é a grande responsável pelas filhas e netas terem chegado ao ensino superior. A senhora é um exemplo vivo de dedicação, entrega e bondade, mas nem tanto assim. Obrigada pelos potinhos de feijão e por sempre me receber em Caxias por cinco anos, da mesma forma e com o mesmo carinho.

À Tia Rô, que não importa quantos anos eu tenha vai me chamar de “pequeninha” coisa que eu nunca fui. Obrigada pela disposição em trabalhar e proporcionar pra gente a melhor infância que poderíamos ter tido e os melhores doces do mundo.

À Bia e à Bianca por serem minhas companheiras de vida e fofocas familiares, se bem que quando é da família não é fofoca. Vocês são fortes e as memórias que tenho com vocês são as mais bonitas. Obrigada por serem tão presentes e demonstrarem tanto afeto por mim.

Ao Vicente, que não precisou fazer nada além de ter nascido o bebê mais perfeito que já veio ao mundo. Obrigada por ter colado nosso coração de volta pela alegria da tua chegada. Espero que tu leia o TCC inteiro da Tata aos quatro anos de idade. Sem pressão.

Aos meus amigos, que me aguentaram reclamando ininterruptamente por três longos meses. Obrigada, por apesar de toda autocomiseração não terem desistido de mim. Em especial, aos amigos que acompanharam muito de perto todo esse processo de escrita (por ordem de chegada), Giorgia, Dani, Nicolas e Marina.

Por último, mas longe de ser menos importante, ao meu orientador, Fábio. Fiquei vagando alguns semestres *desorientada* pelos corredores do IL até conhecer Pêcheux e Barbosa Filho (2020). Mais que um orientador, um verdadeiro amigo. Obrigada por ter acreditado que meu trabalho era barril e por ser tão presente na construção dessa trajetória em AD. Espero que seja uma parceria duradoura, né, gurias?

RESUMO

O presente trabalho se inscreve no quadro do projeto de pesquisa “Discurso, arquivo, memória: sentidos da presença africana no Rio Grande do Sul”. Partindo das questões formuladas ao longo da pesquisa, o enunciado *O Sul é meu país*, irrompeu na textualidade e foi escolhido pela como foco de análise do presente trabalho. A escolha se justifica, por julgarmos que a sequência discursiva condensa grande parte das discursividades evocadas na construção do discurso fundador gaúcho. O trabalho é apresentado em três capítulos. O primeiro organiza-se entorno da construção narrativa historiográfica e literária a respeito da figura mítica do gaúcho no Sul da América Latina, bem como os momentos iniciais do discurso separatista no Rio Grande do Sul, durante o conflito entre o estado e o Império, a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845). O objetivo é pensar as condições de produção que tornam o emancipacionismo enunciável na contemporaneidade. No segundo capítulo, é revisada a teoria estudada em análise de discurso, destacando-se três conceitos que sustentam as análises realizadas. as noções de AD sobre arquivo são o ponto de partida da discussão, uma vez que há uma tomada de posição discursiva perante o material que recusa noção de que o arquivo seja um repositório de informações, e assume os funcionamentos de linguagem que colocam em jogo a historicidade e as filiações ideológicas dos enunciados que articulam a trama discursiva que tece o imaginário gaúcho (Barbosa Filho, 2020). O discurso fundador é compreendido como o discurso a partir do qual outros podem ser organizados, instaurando a possibilidade de novos sítios de significância que refletem no dia a dia e na construção identitária dos sujeitos históricos (Orlandi, 2001). A memória discursiva, na sua concepção social, interroga as pré-construção que permitem que enunciados como o analisado sejam ressignificados na materialidade dos discursos (Pêcheux, 1990). O terceiro capítulo é dedicado a análise de enunciados presente no *corpus* cuja montagem foi concebida nos textos publicados nas páginas oficiais do movimento *O Sul é meu país*. Além disso, é apresentado no texto as disposições dos farroupilhas sobre quem seriam considerados os cidadãos da República Rio-grandense (1843). Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho, as lacunas em aberto e as possibilidades e impossibilidades a respeito da temática.

Palavras-chave: Discurso. Arquivo. Memória. Separatismo. Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
DO HISTÓRICO E DO DISCURSIVO NA HISTÓRIA	13
1 A INVENÇÃO DO SUL	13
2 A INVENÇÃO DO GAÚCHO	14
3 A INVENÇÃO DO SEPARATISMO	20
3.1 O RIO GRANDE DO SUL ANTES DA GUERRA.....	21
3.2 GUERRA DOS FARRAPOS	22
3.2.1 “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”	25
3.2.2 O inimigo: o centro	26
3.2.3 O fim da guerra	28
4 MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS	29
DAS TEORIAS MOTIVADAS E (RE)VISITADAS	31
5 O REFERENCIAL TEÓRICO	31
6 O DISCURSO FUNDADOR	31
7 MEMÓRIA DISCURSIVA	34
8.2.1 O esquecimento	37
8 FORMAÇÃO DISCURSIVA	38
9 ARQUIVO	40
A TRAMA DISCURSIVA EM ARQUIVOS SOBRE SEPARATISMO NO RIO GRANDE DO SUL	43
10 O LUGAR DA SINTAXE EM ANÁLISE DE DISCURSO	43
11 ANÁLISE	45
11.1 O VÍRUS BRASÍLIA.....	46
11.2 <i>TÃO AGREDIDO QUANTO</i>	53
11.3 <i>SOMOS GAÚCHOS, SOMOS RODEIOS</i>	54
11.3.1 Dos cidadãos	59
11.4 PARA “AMARRAR” A ANÁLISE	62
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXO I – Uma proposta sulista	69
ANEXO II – Breve história do sentimento emancipacionista do povo sulista	70

INTRODUÇÃO

No grupo de pesquisa do qual faço parte, DARQ - Discurso e Arquivo, nos dedicamos a pensar as imbricações entre os gestos de leitura propostos pela Análise de Discurso ao arquivo, exercitando conjuntamente um olhar de questionamento e desconfiança, sobretudo, à aparente transparência dos sentidos. O projeto, nos moldes iniciais, pensa a presença africana no Rio Grande do Sul no século XIX (especificamente nos anos que seguem a abolição institucional da escravidão no Brasil), por meio da investigação de funcionamentos de linguagem nos documentos e relatórios produzidos no estado nesse período. Dentro das discussões, fiquei interessada em questionar e pensar, justamente, esse *Rio Grande do Sul* como um espaço de memória¹ e os discursos que o fundam enquanto uma aparente unidade. A partir disso, os enunciados pertencentes ao movimento *O Sul é meu país* foram motivo de análise e seus arquivos constituíram o *corpus* para construção do presente trabalho.

Uma primeira advertência que gostaria de fazer aos leitores, é que há um recorte de trabalho específico desenvolvido pela pesquisa. Por mais que o movimento encontre integrantes nos outros dois estados que constituem o Sul do Brasil: Paraná e Santa Catarina, o foco é, nesse primeiro momento, o estado do Rio Grande do Sul. Esse recorte inicial foi necessário para que se pudesse trabalhar com o máximo de cuidado as memórias, discursos, contextos e historicidades do *corpus* aqui apresentado. As perguntas principais, movidas pela leitura do arquivo, são: como se organizam os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado *O Sul é meu país* e como eles se articulam na compreensão do que, nas discursividades do movimento separatista, é o Brasil, o que é o Rio Grande do Sul e o Sul? O que é ser gaúcho, sulista e brasileiro? A escolha dessa primeira análise se dá pelo enunciado *O Sul é meu país* que, na nossa perspectiva, condensa grande parte das discursividades evocadas na construção do discurso fundador gaúcho e na memória sobre o estado.

¹ Estamos entendendo *espaço de memória* a partir da seguinte elaboração de Pêcheux: “A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços que constitui o espaço de memória da sequência” (PÊCHEUX, 2011, p. 145). Defino de maneira inicial como o “espaço móvel de disjunção, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 2007, p. 50)

A partir desse enunciado, objetivamos o questionamento e estudo a respeito do modo que se articulam os discursos sobre a identidade² gaúcha e sobre o Rio Grande do Sul. Entendo que mais do que uma unidade federativa ou uma identificação de naturalidade, *ser gaúcho* convoca uma série de sentidos que nascem justamente em um espaço de negação ao que já existe, inclusive, aos sentidos de *brasilidade*. Assim, o discurso fundador do Rio Grande do Sul se configura em um “movimento regular que se produz no percurso que vai do sem-sentido em direção ao sentido” (ORLANDI, 2001, p. 11).

O primeiro capítulo do trabalho, dedica-se a uma contextualização histórica do espaço de memória que se delineou como Rio Grande do Sul, seus símbolos e suas narrativas, suas marcações identitárias específicas que reverberam no cotidiano e escapam na materialidade dos arquivos que aqui estudamos. Porém, o fio condutor para a construção do trabalho são os conflitos que marcam a historicidade do estado. Ainda nesse primeiro momento do trabalho, falo sobre o movimento *O Sul é meu país* e da Guerra dos Farrapos, dois movimentos separatistas que colocam em jogo uma formação discursiva em contextos de produção diferente, mas com um inimigo em comum: o Brasil.

No primeiro momento discuto as invenções. A escolha do uso de invenção se dá por uma tomada de posição que entende que os símbolos, que representam o estado, são partes de um projeto intencional de uma minoria da população que não condizem com a multiplicidade do que é ser sulista, gaúcho e brasileiro. O ponto inicial é especificamente o Sul como uma breve introdução ao capítulo situando o leitor sobre o que falo quando escolho referenciar o estado como um espaço de memória. Há um recorte delimitado, cujo objetivo é apresentar três pilares no campo historiográfico no que diz respeito a constituição social de uma figura que representaria o local e a cultura, a figura mítica do Sul e do gaúcho.

Sobre Sul, não ousou colocá-lo como uma definição, já que além de arrogante, limitaria os estudos discursivos em uma área produtiva de análise. O que proponho é questioná-lo e investigar esse espaço de memória. O objetivo principal do primeiro capítulo é relatar o que foi esse território, quem o habitou, qual era a economia base e estrutura social do Rio Grande do Sul nos períodos que antecedem a ascensão farroupilha ao poder. Também, são discutidos os

² Gostaríamos de pensar a identidade como um “movimento na história” (ORLANDI, 2002) e não como uma “essência” ou “condição inerente” a uma determinada coletividade.

discursos que circulavam e circulam no estado sobre o período da Guerra dos Farrapos: quem de fato estava lutando? Os gaúchos preservam uma memória de orgulho e honradez sobre esse momento histórico, ainda que nos registros históricos apresente-se como um conflito perdido. Por que isso ocorre, de que forma o acontecimento foi moldado para que se pudesse retomá-lo dessa forma?

Ademais, escrevo sobre o fim da Guerra dos Farrapos e como ela de fato corroborou para a manutenção do poder e da estrutura social estratificada do período, o que se fala sobre a Guerra hoje e como ela reverbera sentidos a respeito do separatismo. Além disso, é nesse ponto que há o nascimento do inimigo do Rio Grande do Sul: o poder central, na figura do Império e referenciado como Brasil. A essa parte chamo de *Invenção do separatismo*, pois há motivos plausíveis para acreditar que muitos dos sentidos que apontam para o Brasil como um vilão na mítica gaúcha, amparam-se sob o guarda-chuva das lembranças do que teria sido a Guerra. As questões são discutidas com base em dois textos historiográficos importante. Um deles é do historiador Mario Maestri, cujo livro chama-se *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais* e de uma da historiadora, cujo nome é autoridade quando se trata do assunto, Sandra Jatahy Pesavento, e o seu livro *História do Rio Grande do Sul*.

Compreendo que é necessário após pensar o Rio Grande do Sul, trazer para discussão o gaúcho. Vale a lembrança de que ainda que se trate de um trabalho que estuda um movimento presente nos três estados do Sul, o Rio Grande do Sul, por questões de recorte, ocupa a parte central da discussão, por ser nosso escopo principal de pesquisa. Investigar o que é o Rio Grande do Sul, exige uma investigação de quem é o *gaúcho* e de como essa figura surge nos territórios da Banda Oriental durante o período do Brasil Colônia e do Brasil Império. Para tanto, nos dedicamos a leitura do trabalho desenvolvido pelo historiador uruguaio Uruguay Cortazzo González e seu texto “O gaúcho: história e estética de um mito” (2014). O texto dedica-se de uma forma interessante, a pensar o percurso semântico e historiográfico do gaúcho, como ele foi representado nos documentos e na literatura e seu movimento de ascensão na América meridional.

Nesse primeiro capítulo, também, trato sobre o movimento separatista contemporâneo, *O Sul é meu país* (OSMP, em diante). Suas motivações, princípios e objetivos são devidamente discutidos ao final do capítulo. Por hora, vale situar o leitor de que o movimento nasceu na década de 90, tem uma organização própria e estruturada como uma instituição sem fins lucrativos e propõe que os três estados da região Sul se reúnam em um bloco e emancipem-se

do restante dos estados do Brasil. O OSMP alega que estar junto das demais regiões não traz benefícios para o Sul e de diferentes formas sente-se prejudicado pela União, por isso, convoca sempre o *povo sulista* para votarem em consultas públicas e reivindicarem sua organização própria a respeito do novo país: o Sul. O arranjo que será apresentado para análise parte, majoritariamente, de arquivos produzidos pelo movimento em diferentes plataformas, mas importante marcar que os materiais são encontrados *on-line* e publicados nas páginas oficiais do movimento.

O segundo capítulo dedica-se a uma revisão teórica de conceitos mobilizados na montagem e análise dos materiais. Apesar de ocuparem uma sessão deste trabalho de conclusão de curso, atravessam a formulação de todo o texto. Por motivos de organização, foram “setorizados” para que recebessem um espaço importante na articulação das ideias, mas não estão fechados, circulam nos demais capítulos junto das discussões historiográficas e da análise. O primeiro deles é a ideia de *discurso fundador*, para a discussão desse tema em específico, em vários momentos, o texto de Orlandi (2001) sobre o tema foi visitado, lido, fichado, interpretado, discutido em grupo e tema de outras produções no DARQ. A ideia de que há um discurso fundador sobre o Sul, no caso desse trabalho, sobre o Rio Grande do Sul, ampara esse trabalho por todas as suas imbricações. O movimento de vai e volta de um discurso que reverbera no cotidiano é presente na análise e no motivo tanto deste trabalho como nas interlocuções promovidas com os colegas do DARQ em seus respectivos escopos de pesquisa.

A memória discursiva é outro termo que ganha espaço na discussão. No texto, o Rio Grande do Sul aparece referenciado com o um *espaço de memória*. Ao revisar a questão da memória, apresento a discussão articulada por Pêcheux (2020 e 1990), que a compreender como o que permite que acontecimentos se façam legíveis. Não se trata de uma memória individual e psicologizada, mas sim, uma memória coletiva capaz de face a um texto reestabelecer os “implícitos”. A memória trazida para composição do texto ampara um movimento de transformar um acontecimento histórico (exterior e descontínuo) a se inscrever na continuidade interna, “no potencial de coerência próprio a uma memória” (Pêcheux, 2020, p.45). A memória, na sua concepção social, interroga as pré-construções que possibilitam que enunciados, como *O Sul é meu país* sejam ressignificados na materialidade dos discursos (Pêcheux, 1990). Isso nos mostra que há espaços de filiação suficientes para significar esse funcionamento específico e contextos de produção capazes de apoiá-lo para que produza sentidos.

Ademais, trato brevemente sobre o tema do esquecimento, a ideia não é de forma alguma esgotar o assunto da memória, mas trazer um contraponto que jogue luz ao que se permitiu ser esquecido na história do Rio Grande do Sul. A partir da leitura dos textos reunidos no livro *Usos do esquecimento: Conferências Proferidas no Colóquio de Royaumont* (2017), cito a questão da memória coletiva e do que fica de fora na sua construção. Segue a essa parte, uma revisão do texto de Courtine (2016) que discute a questão das *formações discursivas*, conceito fundamental abordado ao longo de todo trabalho e que ocupa um espaço de discussão que não pretende, de forma alguma, esgotar a teoria. O objetivo aqui é revisar as literaturas acessadas ao longo da graduação que figuraram como protagonistas no meu percurso, ainda inicial, enquanto pesquisadora e analista em formação. Para tanto, não poderia deixar de trazer o conceito de formação discursiva desenvolvido por Courtine na composição deste texto.

A seguir, discuto as aproximações entre AD e arquivo. Há uma tomada de posição perante os documentos aqui estudados, que nos permite compreender a historicidade e as filiações ideológicas dos enunciados presentes nos documentos selecionados para composição da montagem do *corpus*. Enunciados esses que articulam a trama discursiva que tece o imaginário gaúcho. Para tanto, dedico uma sessão da reflexão teórica a pensar e revisitar textos que discutam as aproximações entre história e linguística, mas especificamente sobre o espaço que ocupa o arquivo nas discussões em AD. Dessa forma, parto da leitura e reflexão teórico-analíticas proposta por Pêcheux (1994) e por Barbosa Filho (2022), que se dedicam a pensar as contribuições da AD para o estudo e análise dos funcionamentos de linguagem em arquivo.

O terceiro e último capítulo do TCC é dedicado à análise dos arquivos relacionados ao OSMP e ao separatismo. No início, é apresentado o texto de Léon e Pêcheux (2011) que discute as condições para que se possa fazer uma análise de discurso, baseada nos funcionamentos de linguagem. Ou seja, colocam-se em jogo sequências discursivas que, na superfície sintagmática, demonstram funcionamentos passíveis de questionamento em relação à transparência tanto das estruturas como dos sentidos evocados por elas. Como dito anteriormente, o foco são os funcionamentos de linguagem expostos nos arquivos, o que proponho é justamente a indagação desses funcionamentos e o que diz o movimento separatista sobre o Brasil, sobre a região Sul e, principalmente no nosso recorte, sobre o Rio Grande do Sul.

Os arquivos selecionados para análise são publicações feitas em meios digitais, com a página do *Facebook* e no *site* oficial do OSMP. O *site* é utilizado como uma ferramenta para postagens de teor mais formal, como as declarações e artigos escritos pelos apoiadores. A

página no Facebook, entretanto, é utilizada para publicações mais acessíveis e podem ser encontradas, por exemplos, charges e *posts* com um certo humor³ produzido pelo próprio movimento. Outro arquivo que figura o quadro de textos para análise é o *Projeto de constituição da República Rio-Grandense*, documento de 1843 que, durante a Guerra dos Farrapos, dispõe sobre quem são os considerados os cidadãos da nova República que estava sendo formada. Após, são apresentadas as conclusões do trabalho, as referências consultadas para sua composição e em anexo estão os textos utilizados para análise na íntegra.

³ A questão do humor não aparece no trabalho, mas acredito que é algo a ser investigado em produções futuras, levando em conta que para uma parte da população, o movimento é risível. Esse riso se dá, parece, porque flerta com a noção do absurdo, algo como: “não é possível que pessoas defendam isso” etc. Enfim, ficam a nota e a ideia.

DO HISTÓRICO E DO DISCURSIVO NA HISTÓRIA

1 A INVENÇÃO DO SUL

Neste primeiro capítulo, o objetivo é delimitar para o leitor do que estamos falando quando falamos sobre o Sul. Ainda que seja teoricamente complexo responder à pergunta de forma objetiva, o esforço aqui é uma revisão da narrativa historiográfica sobre três aspectos que julgo importantes para construção da análise. O primeiro deles trata sobre a invenção do gaúcho e dedica-se a revisar de que forma a figura foi tomando forma no imaginário sulista e quais as implicações desse símbolo para a formação de sentidos no separatismo. O segundo ponto a ser tratado é a Guerra dos Farrapos. Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre os trabalhos focados em compreender o OSMP como um movimento separatista contemporâneo, uma vez que a partir do arranjo do material, há uma memória que irrompe nos arquivos em relação ao movimento farroupilha.

Este acontecimento permite um exercício de retomada para revolta farroupilha e para de que forma o discurso sobre o confronto ainda articula uma trama de sentidos sobre o Rio Grande do Sul e, em muitos casos, ampara os argumentos utilizados no OSMP. Por fim, trato do OSMP em si, sua missão, seus princípios, sua fundação, traçando um perfil das bases do movimento para uma contextualização das condições de produção⁴ das análises. Para tanto, definimos uma bibliografia base para cada um desses pontos, dando o devido embasamento para as questões que serão apresentadas no decorrer do trabalho e explicando ao longo do texto o porquê tratar de cada um desses assuntos é relevante.

A região Sul figura uma parte essencial da investigação, portanto, julgo importante revisitar o momento histórico em que os sentidos do separatismo aparecem para análise. Por questões de recorte, o foco principal será o momento histórico em que surge o que o movimento

⁴ “Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política.” (PÊCHEUX, 1997, p.77)

chama de um *sentimento separatista* ou *emancipacionista*⁵ no Rio Grande do Sul. Por isso, é preciso advertir sobre mais uma questão antes de entrarmos de fato no texto: apesar do OSMP ser composto por os três estados da região Sul, nosso foco e análise são dedicados aos efeitos de sentido produzidos pelo discurso separatista no RS. É relevante falar sobre o Rio Grande do Sul e sua historicidade, mas principalmente a partir do ângulo do conflito e dos projetos de exclusão na narrativa historiográfica do estado no *sentimento separatista*. Para a análise proposta é interessante desenvolver um retrato do RS por aquilo que ficou propositalmente fora de foco ao longo da constituição identitária do estado.

2 A INVENÇÃO DO GAÚCHO

Nessa seção, penso no recorte específico do trabalho e do *corpus* que o compôs, o arquivo reclamava um questionamento do que é este *gaúcho*. O OSMP parece, no nosso gesto de leitura, um posicionamento discursivo de um *nós* em relação a um inimigo, o *eles*⁶. A partir disso, quem é esse “nós”? Antes de uma análise elaborada sobre os funcionamentos de linguagem materializados pela escolha dos pronomes pessoais, o que será feito, nas sequências discursivas, há aqui um esforço para dar visibilidade à historicidade presente no escopo de pesquisa quando trato do imaginário sobre o *gaúcho*.

De acordo com Orlandi (1994, p. 53): “o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que, sem história, não há sentido”. Por isso, proponho uma breve revisão sobre como a figura do *gaúcho*⁷ surge no extremo sul da América Latina. Antes de tornar-se um símbolo histórico que representa o estado do Rio Grande do Sul e uma unidade identitária em que se reconhecem seus habitantes, o

⁵ *Sentimento separatista* é um termo que aparece ao longo dos textos do OSMP. Essa nomeação é utilizada para falar como os sulistas são, ao longo da história, convocadas a emanciparem-se de poderes centrais. No Capítulo 3 deste trabalho o termo aparece em um dos funcionamentos de linguagem analisados.

⁶ Esse conceito será devidamente trabalhado no próximo capítulo do TCC, pois se coloca com uma das principais questões para o gesto de leitura do arquivo. *Corpus* e arquivo são conceitos que também serão conceituados na próxima seção.

⁷ Há duas grafias funcionando no texto: *gaúcho* (do espanhol), o trabalhador nos pampas em toda Banda Oriental. Ou seja, aqui compreende-se que seja uma figura presente não só no Brasil, mas também no Uruguai e na Argentina. O *gaúcho* (em português) é utilizado no texto para falar desse tipo especificamente no Brasil, predominantemente em relação ao mítico no Rio Grande do Sul.

gaúcho operou no imaginário social com sentidos diferentes ao longo da formação da América meridional.

Gonzales (2014) dedica seu artigo intitulado “O gaúcho: história e estética de um mito” a compreender de que forma esse tipo surge e transforma-se ao longo da história em uma figura quase heroica nas literaturas argentinas e uruguaias. Uma das primeiras considerações feitas pelo autor, é a de que o gaúcho é um aglomerado de vazios, alguém cuja identidade se estabelece na negação: “*no era um paisano, no era un peón, ni un esclavo, ni un indio. El idioma español tuvo que inventar palabras nuevas para poder nombrarlo, como si algo inédito hubiese aparecido en el mundo.*” (GONZALES, 2014, p. 27)⁸.

Essa constatação: “como se algo inédito tivesse aparecido no mundo” é de grande relevância para o trabalho e para a compreensão de um sentimento separatista; esse efeito de novidade é importante, pois motiva a questão do discurso fundador (Orlandi, 2001). É essencial que se negue tudo que já existe para que se possa, então, fundar um novo tipo, com costumes próprios, mas ainda arraigado na memória, no que é produzido no percurso do sem-sentido para o sentido. Seguindo, Orlandi (2001, p. 13) discute o *efeito de novo* no discurso fundador, em que se desautorizam os sentidos que já funcionam no imaginário, e instaura-se uma outra “tradição” de sentidos e, a partir disso, produzem-se outros sentidos nesse mesmo lugar do anterior: instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória.

Para os historiadores, segundo Gonzales (2014), o gaúcho é um grande vazio silencioso em torno do qual se construíram uma série de documentos que buscam interrogá-lo e comprovar a sua existência, mas afirma que sua verdadeira realidade, se é que ela existe, continuará sendo o silêncio. Ainda de acordo com o autor, é como se o gaúcho sempre nos fugisse, concordando com um dos primeiros documentos escritos por Hernandarias, governador de Santa Fé, Argentina, em 1617, que os chamou de *los mozos perdidos*, eram então os homens sem Deus, sem lei e sem rei.

⁸ Tradução nossa: “não era camponês, não era peão, não era escravo, não era índio. A língua espanhola precisou inventar novas palavras para poder nomeá-lo, como se algo inédito tivesse surgido no mundo.” (GONZALES, 2014, p. 27)

Gonzales (2014) afirma que falar sobre o gaúcho é falar sobre os discursos que este provoca nos outros. Por isso, inicia uma retomada histórica dos enunciados produzidos a respeito dessa figura ao longo da formação da América Latina. Os escritos mais antigos registram esse tipo como um transgressor dos valores de sua época. A característica que mais chamava a atenção aos documentos do século XVIII, era a dificuldade que esses homens tinham para de se fixar em algum lugar, constituir família e demonstrar algum trabalho visível. Chamaram-lhe então *vagabundo (vagamundo)*, *facineroso*, *ocioso* e *amancebado*. Era conhecido como um *changador*, alguém cuja tarefa era cuidar das lidas do campo temporariamente, mas, na realidade, roubava o gado e o vendia aos portugueses⁹, trocando-o por outras mercadorias, como roupas. Depois, surge o termo *gauderio*, que, de acordo com Gonzales (2014), era o tipo que habitava no campo e levava uma vida fácil e divertida. Isso porque não trabalhavam, *viviam do estrangeiro*, ou seja, de comercializar gado com que pagasse mais, sem se preocupar com o poder dominante, nesse caso a exclusividade comercial espanhola.

Adiante no trabalho, falaremos especificamente sobre o *corpus* que constitui o arquivo de análise do OSMP, mas há algo que vale a pena ser mencionado neste momento. É recorrente nos comentários dos apoiadores nas redes sociais do movimento uma construção ideológica que acusa as demais regiões do país e suas populações de serem preguiçosas e não quererem trabalhar; em outros momento, de acordo com a conveniência aliam-se discursivamente com outros estados contra o inimigo em comum, o Brasil. É interessante, pois *sustentar* o restante do país, contribuindo com a União mais do que qualquer outro estado, é um dos argumentos que apoiam as discursividades sobre a separação do Sul, cujo povo é virtuoso e trabalhador e não se rende a *costumes depravados*, como o carnaval. Nessa posição, há uma inversão de posições, pois agora o sulista é o “estrangeiro” do qual outras identidades vivem às custas.

⁹ Importante retomar a situação da América colonial nesse período, principalmente no que diz respeito ao extremo sul do continente, em que havia disputas frequentes entre Portugal e Espanha pela região da Banda Oriental - o território do império colonial espanhol, localizado a leste rio Uruguai, que compreendia a costa dos atuais estados de Paraná e Santa Catarina até desembocar no Rio da Prata, a área do atual estado de Rio Grande do Sul e da República Oriental do Uruguai. Por tanto, comercializar com portugueses em território espanhol era contrabando.

Seguindo no texto, de acordo com Gonzales (2014) a primeira vez em que a palavra *gaucho* aparece é em 1771¹⁰. Nesse momento, a palavra funcionava como um sinônimo de delinquente: “ser declarado *gaucho* era ser considerado, por lo tanto, una persona fuera de la ley. Era, además de una denominación, una acusación.” (GONZALES, 2014, p. 29). A partir disso, surge a figura do *gaucho*, problema para os reinos de Portugal e Espanha, um contrabandista, um ladrão de gado sem paradeiro. Nas discursividades de um bairrismo sulista, essa mesma figura aparece como um símbolo de virtude, tradição e heroísmo do discurso separatista. Aqui, gostaria de frisar o quanto *gaúcho* é um espaço de disputa de sentidos diferentes dos considerados pelo OSMP, ao mesmo tempo, mas em formações diversas.

Ao longo da história, o gaúcho foi sendo ressignificado de acordo com os interesses das classes dominantes. Por conta do próprio sentido da palavra e o desprezo que motivava, foram chamados de *gauchos* os integrantes do exército rebelde durante a revolução uruguaia. Foi quando um dos chefes revolucionários reclamou o termo *gaucho* de forma orgulhosa para nomear seus soldados: “se produce un fantástico giro del sentido: lo que en boca de todos había sido un sinónimo de *bandido*, comienza ahora a ser un equivalente de *guerrero patriota*.” (GONZALES, 2014, p. 30). Isso que Gonzales (2014) chama de “giro de sentido” nos interessa na construção do trabalho, porque demonstra que de acordo com as condições de produção se pode significar uma certa identidade e novos sentidos circulam. Esse percurso da forma como era nomeado o povo que vivia da lida do gado, de forma clandestina ou não, foi trazida para que se possa pensar em como é paradoxal (e sintomático) que um grupo que se orgulhe tanto da sua identidade a ponto de reivindicar sua superioridade em relação as demais, seja constituída sobre tudo aquilo que se critique. Ou até mesmo, na maioria dos casos, esqueça ou apague essa memória.

A partir dessa mudança de sentido, *gaucho* se politiza e passa por um processo de prestígio e branqueamento na sociedade, dentro de uma espécie de experimento literário por parte de escritores cisplatinos, de acordo com Gonzales (2014). É assim que se cria uma figura nova, sobre a qual podem-se acrescentar quantas virtudes lhe forem necessárias. Esse personagem assume uma posição de patriota americano, com o objetivo de libertar a região do

¹⁰ Há um documento que comprova a primeira aparição da palavra *gaucho*. De acordo com Gonzales (2014, p. 30): “Sabemos quien fue el primero que la escribió: el Comandante Pablo Carbonell. Sabemos también el lugar: Maldonado. Conocemos hasta el día exacto en que quedó registrada por primera vez: 23 de octubre de 1771.”

Rio do Prata do domínio colonial. Agora, é um rebelde com causa, não mais um *vagamundo*. Além disso, é honesto e tem compromisso civil. O gaúcho, assim como suas características que trazem tanto orgulho nas discursividades tradicionalistas, foram todas forjadas no imaginário literário, se destacando e autonomizando.

O que mais chamou minha atenção na leitura do texto de Gonzales (2014) foi a chegada do projeto literário a figura de José Hernández (1834-1886)¹¹ e a criação do personagem Martín Fierro¹². O *gaucho* agora alcança uma dimensão no aspecto social e até mesmo místico, transformando-se

en todo hombre que sufre, sin encontrar el sentido de su destrucción. Como pampeano, Martín Fierro concentra todo el drama del habitante de la campaña, contrabandista primero, héroe después, utilizado por la revolución, vagabundo otra vez, descartado por el nuevo poder, para acabar perseguido, sin lugar ya en la nueva sociedad que invade el campo. (GONZALES, 2014, p. 32)

Há um momento do poema, em que Martín Fierro completamente absorvidos pelos seus próprios dilemas existenciais, de forma violenta, mata gratuitamente um negro, por julgá-lo em uma situação ainda mais inferior do que a sua como *gaucho*. Gonzales (2014) dedica-se a pensar o quanto esse ato é perturbador na construção do personagem, que decide tirar a vida de um inocente para amenizar a falta de sentido na sua própria existência. Para tanto, questiona: “¿O es una repugnante venganza racista, una desesperada afirmación de un blanco inferiorizado que precisa confirmar que existen otros más despreciables que él?” (GONZAZALES, 2014, p. 32). Essa imagem ainda encontra novas vítimas ao longo da sua procura por se encaixar nessa nova sociedade: os indígenas.

Aqui é interessante fazer um movimento teórico breve para pensar como os mitos e lendas significam e articulam as formações discursivas, conceito que aparece neste capítulo

¹¹ José Hernández foi um poeta, político e jornalista argentino, conhecido, principalmente, pelo livro *Martín Fierro*, considerado o livro pátrio da Argentina. Lutou politicamente pelos *gaúchos* e pela federalização na Argentina. O dia 10 de novembro, em sua homenagem, é celebrado o Dia da Tradição na Argentina.

¹² *O gaúcho Martín Fierro*, foi publicado em 1872. É interessante trazê-lo ainda que como nota de rodapé, para situar o leitor de que estamos falando de um poema, mas também de um projeto político. O autor pretendia suas propostas a favor da causa do gaúcho fossem ouvidas. O ponto principal era tornar evidente a contribuição do gaúcho para a construção nacional da Argentina, pois tinham um papel importante nas lutas pela independência da Argentina contra a Espanha, poder colonizador. A obra narra um gaúcho, habitante dos pampas, de caráter independente, heróico e sacrificado, sendo os verdadeiros representantes do caráter argentino, contrariando os interesses políticos vigentes na época de Hernández. O *Martín Fierro* não foi escrito na forma culta do espanhol, mas na forma de falar dos gaúchos.

diversas vezes, mas será devidamente trabalhado no próximo capítulo. Não poderíamos deixar de pensar como essa construção do gaúcho dentro da ficção do poema escolhe como suas vítimas dois grupos que habitavam a Banda Oriental: os indígenas e os negros escravizados. Por estarem relacionados com a historicidade, os mitos podem ser compreendidos dentro do discurso fundador enquanto objetos simbólicos:

O que nos importa é observar esse movimento entre o real da descoberta (sem-sentido), a fantasia (imaginação) e a ideologia (imaginário), produzindo a realidade dessa história que se está fazendo. E que produz o efeito de que a ideologia sempre está fora da história (oficial). Por seu lado, essa história aproveita, do discurso fundador, o fato de que nele há ainda uma indistinção entre imaginação, imaginário e realidade. (Orlandi, 2001, p. 18)

Essa imagem criada no poema na forma de *fantasia* provoca e ainda retoma sentidos específicos na leitura dos documentos que constituem o *corpus* de pesquisa. Por isso, esse simbólico da violência em relação a negros e indígenas precisa ser pontuado como uma das partes essenciais do que chamamos aqui de invenção do gaúcho: porque essas identidades ficam fora do *imaginário* sobre o gaúcho. São justamente as identidades que antagonizam o sulista. As identidades que devem ser apagadas. Para Maestri (2010) a literatura nativista romântica é um entrave para traçar um perfil de quem era esse gaúcho de fato, mas sabemos que ele era o tipo humano dominante na Banda Oriental e nos domínios argentinos. Etnicamente, ele é o resultado da miscigenação do espanhol, do português, do africano e do nativo, este último com maior predomínio. Isso porque após a Guerra Guaranítica¹³, guaranis missioneiros se empregaram nas estâncias ou trabalharam na caça do gado, “onde literalmente se agauchavam”.

No Rio Grande do Sul, também se encontra uma documentação que discursa sobre esses homens que trabalhavam livres pelos campos, chamando-os de “vagabundos” e de “bandidos”. Essa pseudoliberalidade era fruto de trabalhos precários em que eram empregados esses trabalhadores e pelas terras terem divisas incertas: “Com a ocupação dos campos sul-riograndenses e uruguaios, nativos charruas e minuanos que haviam escapado ao extermínio passaram a trabalhar nas estâncias pastoris da região como peões. Utilizado pelos proprietários nas lides do campo e militares.” (MAESTRI, 2010, p. 177).

¹³ A Guerra Guaranítica, ou Guerra dos Sete Povos, foi um conflito envolvendo índios da tribo Guaraní e as tropas portuguesas e espanholas, entre os anos de 1753 e 1756, que resultou das decisões do Tratado de Madri a respeito dos limites dos domínios de Portugal e Espanha na América do Sul.

Retomando o artigo de Gonzales (2014), o autor o finaliza contando sobre os projetos de constituição da identidade uruguaia que se formaram em torno da identidade do *gaucho*. O movimento literário chegou aos espaços acadêmicos do Uruguai e gerou uma grande repercussão e inclusive revolta de alguns historiadores que não concordaram com a adoção da figura mítica, justamente por acreditar que essa era uma forma de apagamento às culturas indígenas que ocuparam a então Banda Oriental. Esse movimento de institucionalização do gaúcho, chegou ao RS pelos CTGs – Centro de Tradições Gaúcha¹⁴, mais tarde, já no início do século XX.

Para concluir esta seção e já anteceder a próxima, é importante lembrar que os processos de constituição de identidade nos documentos que serão analisados estão ligados a uma historicidade específica. É a essa historicidade que dedicamos esse capítulo. Entender quem é esse gaúcho (ou sulista em um recorte mais amplo) requer compreender filiações ideológicas e imaginárias específicas ao espaço de memória que é o Sul. O leitor já foi advertido sobre o trabalho focar no RS e na figura no gaúcho, mas não custa trazer essa informação novamente para seguirmos o trabalho.

3 A INVENÇÃO DO SEPARATISMO

Na revisão bibliográfica de trabalhos sobre o OSMP, a Guerra dos Farrapos é motivo de ao menos uma nota sobre o tema. Isso porque, parece na nossa leitura, um consenso de um possível início do que chamamos aqui de sentimento separatista no Sul. Assim como o projeto do movimento cujos arquivos são foco deste trabalho, a Guerra protagonizada pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina construiu uma rede de filiações sob a qual o OSMP ainda pode amparar seus argumentos.

Pretendo, nessa seção, sintetizar os pontos que julgo mais relevantes para a compreensão da Guerra dos Farrapos e desse movimento de retomada do emancipacionismo pelo OSMP que causa esse efeito de a população *mais diferentes em um país feito de diferenças*¹⁵. A partir da leitura de Pesavento (2014) e Maestri (2010), o objetivo é construir um plano de fundo para

¹⁴ Os centros visam à integração social dos participantes tradicionalistas, buscam resgatar e preservar costumes por meio da dança, do churrasco e de esportes. No Brasil, estima-se que haja aproximadamente 3 mil CTGs, e no exterior, 16 instituições.

¹⁵ RAMIL, Vitor. *A estética do frio*. Conferência de Genebra. Editora Satolep livros, 2004.

entender o que é esse espaço de memória que projeta o separatismo no Sul. Vale aqui a lembrança de que o trabalho não é historiográfico e, por isso, trago apenas questões selecionadas como fundamentais ao desenvolvimento do meu objeto de investigação e que servirão futuramente como base nos gestos de leitura ao arquivo.

3.1 O RIO GRANDE DO SUL ANTES DA GUERRA

Até os anos de 1640, bandeirantes paulistas vinham ao Sul em busca de mão de obra indígena para ser escravizada. A região era habitada primordialmente pelas reduções jesuítas que vinham com o objetivo de catequizar os nativos. Sendo assim, os jesuítas abandonaram a região, deslocando-se para a outra margem do Uruguai, deixando o gado abandonado nas reduções. Os animais se reproduziram livres, formando uma reserva nomeada de “Vacaria del Mar” e, de acordo com PESAVENTO (2014, p. 11): “estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro. “A preação do gado foi foco de diferentes grupos sociais, dentre eles, os homens “sem rei, sem fé e sem lei” já descritos na seção anterior, como *mozos perdidos*.”

Anos depois, em 1682, os padres jesuítas retornam a região, fundando os Sete Povos, compostos por cidades da fronteira sudoeste do atual estado do Rio Grande do Sul. O rebanho de gado havia sido devastado para produção de couro, e a atividade predatória não passou despercebida pelos padres que logo encaminharam parte do rebanho para o nordeste do RS e formaram estâncias junto às missões. As missões indígenas figuram um importante espaço de memória, que retoma seus sentidos na materialidade dos arquivos foco deste trabalho (conforme será apresentado no Capítulo 3). Formadas por padres jesuítas e nativos dos grupos minuano, charrua e guarani são simbolizadas na historiografia do RS pelos Sete Povos das Missões¹⁶ e por uma vaga lembrança da Guerra Guaranítica, protagonizada por Sepé Tiaraju¹⁷. A figura do guerreiro indígena, aparece com um símbolo heroico e como exemplo de proteção do território

¹⁶ Sete Povos das Missões é a denominação ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundadas pelos jesuítas no Rio Grande do Sul sob a tutela da coroa espanhola.

¹⁷ Sepé Tiaraju foi um guerreiro indígena brasileiro, considerado santo popular e declarado "herói guarani missioneiro rio-grandense" por lei. Chefe indígena dos Sete Povos das Missões, liderou uma rebelião contra o Tratado de Madrid.

gaúcho contra o invasor, nesse caso, o Império. Veremos como isso funciona no arquivo adiante.

Seguindo a discussão, a base econômica das reduções era a criação de gado para extração de couro, produto exportado para Buenos Aires e, principalmente, a produção de erva-mate. Acontece que as reduções jesuíticas se tornaram importantes centros econômicos, praticamente independentes do governo português central, caracterizando-se como uma ameaça à unidade do Estado. Sendo assim, em 1750, no Tratado de Madrid, a Companhia de Jesus foi expulsa dos domínios de Portugal, Espanha e Américas e tiveram suas terras confiscadas. Após a expulsão dos jesuítas, os rebanhos de gado tornam-se economicamente relevantes no fim do século XVII, com a interiorização do polo econômico de atração da colônia portuguesa.

A extração de minério, em Minas Gerais, fez com que o Rio Grande do Sul assumisse a posição de subsidiário a economia principal de exportação no Brasil. Segundo Pesavento (2014), houve um movimento migratório de paulistas e lagunistas para o RS com o objetivo de domar o gado xucro e enviar à zona mineradora. Enquanto o interesse popular fixava-se na preia do gado, o interesse Português era o povoamento da região de São Vicente (região que compreende atualmente o Sudeste) até Sacramento (sul da América). O RS, assim, assume uma posição estratégica importante para manutenção do poder luso na região do Rio da Prata.

Por conta do interesse de dominação português, havia um estado de alerta constante que resultou em uma militarização da sociedade gaúcha. De acordo com PESAVENTO (2014, p. 23): “todo o homem válido era um soldado em potencial. Na realidade, para a defesa da terra mais contavam as forças irregulares da campanha rio-grandense do que as tropas de linhas enviadas pelo Reino”. Nos documentos do OSMP é recorrente uma convocação desse “espírito militar” de defesa da terra, como se a proteção do Sul do país estivesse nas mãos da sua população. Após esse período, no ano de 1807, a Capitania de São Pedro tornou-se independente da Capitania do Rio de Janeiro e subordinada ao Vice-Rei do Brasil.

3.2 GUERRA DOS FARRAPOS

A partir daqui, foram lidos dois textos para compor a escrita sobre a Guerra dos Farrapos, um deles fez a escolha de nomeações como “os revolucionários” e chama de *Revolução Farroupilha*, enquanto o outro faz questão de marcar a *Guerra dos Farrapos* como um “movimento de estancieiros ricos”. Aqui é interessante marcar que há um conflito no discurso historiográfico sul rio-grandense sobre a nomeação do conflito que aponta para

formações discursivas distintas, que apesar de não ser o foco do trabalho, merece nota. Pretendo contextualizar historicamente o conflito, as implicações e retomadas que esse período reverbera no OSMP.

O processo de independência do Brasil se inseriu em uma crise do sistema colonial, uma vez que o que sustentava esse modelo econômico - a escravidão e o monopólio - tornou-se um problema para o estabelecimento de um governo liberal. Cria-se a necessidade de forças de trabalho assalariadas e, conseqüentemente, de um mercado consumidor para tudo que estava sendo produzido após a Revolução Industrial: “A nova classe burguesa, responsável por esse processo de transformação, encontrou, a nível político, a solução no Estado Liberal Contemporâneo (monárquico ou republicano), constitucional e representativo” (PESAVENTO, 2014, p. 35). O período pós-independência marca o momento em que a camada nacional dominante assumiu o controle do processo político no Brasil. O que coincide com a alta do café como produto de exportação, constituindo a Aristocracia Brasileira dos “barões do café”, que controlavam o poder político nacional: “Politicamente, já desde o Primeiro Reinado faziam-se sentir os efeitos do centralismo.

O presidente de província era nomeado pelo centro e governava em função dos interesses da aristocracia cafeeira” (PESAVENTO, 2014, p. 36). Esse centralismo foi motivo de insatisfação para quem controlava a província. Segundo Maestri (2010), os *farroupilhas*, protagonistas da revolta, eram liberais exaltados — federalistas e republicanos — que conflitavam internamente com os *chimangos* — liberais moderados, centralistas e monarquistas — que subiram ao poder no início da década de 1830. Nessa posição, os chimangos não satisfizeram os interesses federalistas, cuja maior exigência era: “a constituição de Assembleia Provincial com amplos poderes e, sobretudo, o direito de eleição direta pelos proprietários regionais do presidente da província.” (MAESTRI, 2010, p. 163).

No Brasil, após a abdicação, houve movimentos federalistas liberais com forte conteúdo social e com a participação das camadas sociais subalternizadas, é o caso da Balaiada (1838-41) no Maranhão e da Cabanagem (1835-6) no Grão-Pará. No entanto, no RS, o caráter assumido foi separatista e republicano, ainda que essas posições não alcançassem a grande maioria dos liberais no início da revolta farroupilha. Isso quer dizer que nem todos os envolvidos tinham o interesse de separa-se do Império. A movimentação pela revolta no RS articulou-se após Bento Gonçalves, figura influente no estado, filho de estancieiros, indicar Antônio Rodrigues Fernandes Braga, nascido no Rio Grande do Sul, para assumir a presidência

da província. Acontece que Fernandes Braga afastou-se dos ideais farroupilhas, alinhando-se aos interesses centristas.

Novamente aqui, o inimigo é o centro e os interesses centristas, do Império, não são os mesmos interesses do Rio Grande do Sul, ou seja, nos prenúncios do separatismo, há uma relação conflituosa com o centro do país, de onde vem o poder. Sendo assim, especulava-se sobre uma possível tentativa de separação da província do Império e o desejo de se unir ao Uruguai, uma vez que Bento Gonçalves era compadre de Lavalleja, responsável por comandar o movimento de independência uruguaio. Foi em setembro de 1935, que as tropas farroupilhas foram reunidas nas imediações de Porto Alegre, o que gerou uma reação de Fernandes Braga que tentou: “mobilizar colonos em São Leopoldo para combater, segundo ele, um não bem elucidado levante formado sobretudo por negros e índios.” (MAESTRI, 2010, p. 164)

Nesse momento, faziam parte das tropas farroupilhas toda a oposição do estado: os liberais moderados monarquistas, republicanos, farroupilhas e separatistas. A ideia principal era impor um presidente da província que representasse os interesses das classes proprietárias do RS, e não do poder central, distante, inimigo, que estava no RJ. Para tanto, Maestri (2010) conta que os ideais da revolta foram enviados às demais regiões da província, justificando como uma revolta para depor o presidente que era “incapaz, faccioso e antiliberal”.

Ainda assim, a adesão à monarquia e a unidade nacional foram firmados no comunicado, reiterando, segundo os farroupilhas, “o espírito liberal de 7 de abril de 1831.” No entanto, a reivindicação mais divulgada e conhecida, de modo geral, era o fim dos impostos sobre a comercialização de gado que saía da província. Nessa época, o charque, carne-seca, era um dos alimentos principais das classes subalternizadas e dos trabalhadores escravizados (Maestri, 2010). As reivindicações por parte dos farroupilhas eram um tanto contraditórias, por esse fato, apenas um setor das classes proprietárias aderiu a Guerra, enquanto a capital e o litoral mantiveram-se sob domínio lusitano.

3.2.1 “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”

Grandes cidades, como Pelotas, não aderiram à revolta por medo da desorganização da produção escravista. Os conflitos contemporâneos à revolta farroupilha¹⁸ haviam sido sociais e assustavam os grandes proprietários. O movimento de 35, de acordo com Maestri (2010, p. 179-180): “era disputa política entre as classes dominantes e era necessário manter as classes subalternizadas na dominação, com destaque para a população escravizada”. Isso reflete até mesmo na ausência de conflitos extremamente violento e o fato de a Guerra ter sido encerrada com um acordo entre políticos farroupilhas e imperiais, diferente do que ocorreu na Balaiada, por exemplo. Seguindo a discussão, pode-se pensar em com a construção dessa República Rio-grandense, foco aparente do movimento farroupilha, amparava-se nos mesmos pressupostos básicos que já regiam a sociedade e não propunha de maneira efetiva mudanças estruturais nas relações de trabalho.

A constituição era clara em afirmar que a República Rio-grandense era associação política de todos os cidadãos rio-grandenses - “homens livre nascidos no território da república”, conforme será analisado no Capítulo 3 deste trabalho. Os farrapos não eram revolucionários sociais e não tinha o menor interesse de mudar a ordem que imperava ou desorganizar a estrutura estancieiro x gaúcho e senhor x escravizado:

O projeto de Constituição da República Rio-grandense inspirava-se na Carta estadunidense, que assegurava os direitos aos cidadãos livres e desconhecia os dos trabalhadores escravizados, ignorando as lições da Revolução Francesa, que abolira a nefanda instituição escravista. Ao igual que o Império, a República Rio-grandense seguia se apoiando no trabalho escravizado. (MAESTRI, 2010, p. 171)

Durante a guerra, segundo Maestri (2010), nativos charruas e minuanos, negros escravizados e gaúchos participaram dos confrontos junto de estancieiros, charqueadores e homens livres, sem que houvesse de fato qualquer concordância com os ideais políticos e sociais dos seus patrões. Diferente do que se prega na literatura gauchesca romântica, a Guerra dos Farrapos não foi uma luta de gaúchos, mas sim de estancieiros ricos em busca de mais

¹⁸ “Em 1823 ocorrera violenta revolta servil na Guiana Britânica. Anos antes da guerra farrapa, no Uruguai, Lavalleja, Rivera e, a seguir, Oribe libertaram os cativos para incorporá-los aos seus exércitos. Em 1835 conheceu-se a mais importante revolta urbana de trabalhadores escravizados das Américas – a conspiração dos Malês, de Salvador –, conclusão de sucessão de revoltas e conspirações servis baianas iniciada em 1807.” (MAESTRI, 2010, p. 179)

poder: “Apesar de contar com seus *gaudérios*, o Rio Grande do Sul jamais foi *pátria* de gaúchos, mas, sobretudo, *terra de cativos*” (MAESTRI, 2010, p. 174).

Durante o confronto, antigos cativos serviram como soldados ao movimento farroupilha. Ou seja, eram libertos para somares às tropas dos revoltosos. Para Maestri (2010), foi isso que gerou uma confusão a respeito do caráter do movimento, usando-se uma narrativa populista que pregaria a Guerra como uma democrática, citando como exemplo os corpos dos Lanceiros Negros¹⁹. Os lanceiros surgiram pela necessidade de filas que lutassem a pé, sendo assim, Bento Gonçalves convocou os estancieiros filiados ao movimento a alistarem seus trabalhadores. Homens livres sulinos consideravam indigno lutar dessa maneira, sem que fosse a cavalo. Os homens escravizados, gaúchos e indígenas que lutaram nas tropas farroupilhas, segundo Maestri (2010), jamais foram tratados de maneira igualitária com os demais homens livres: marchavam, comiam e dormiam em lugares diferentes.

Essas populações, no fim, apenas ajudaram na manutenção de um sistema que os oprimia. O trabalhador escravizado não era parte da República, ainda que precisasse lutar por ela. Isso aparece no arquivo, nos funcionamentos de linguagem que indicam posse: *é nosso*, mas não é *nós*. Para elucidar ainda mais a questão, Maestri (2010, p. 181, grifo nosso), conta que: “Um decreto farrapo ordenava que todos os “cidadãos e súditos da República, *com exceção dos escravos, trouxessem em seus chapéus o Laço da Nação* [...]. O trabalhador escravizado não era considerado digno de portar as cores republicanas”.

3.2.2 O inimigo: o centro

Pesavento (2014) reforça que dentro da percepção que os farrapos — estancieiros — tinham dos acontecimentos, o centro era acusado de “má gestão dos dinheiros públicos”, de realizar gastos supérfluos sem aparelhagem material do país (abertura de estradas, construção de portos) e de onerar o Rio Grande do Sul com impostos, sem indenizá-lo por danos sofridos. Indo para o arquivo, um dos principais argumentos do OSMP é a má gestão dos recursos direcionados a Brasília, fruto dos altos pagamentos de impostos feitos pelo Sul, segundo os

¹⁹ “A participação dos negros na Revolução Farroupilha se fundamentou na unidade militar chamada Lanceiros Negros. Durante dez anos, os escravizados combateram montados em cavalos e armados com lanças compridas, ao lado dos farrapos e contra as tropas imperiais”. (BUERE, 2018). Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2018/09/21/por-que-esquecemos-dos-lanceiros-negros/>>. Acesso em 05 de mar. 2022.

farroupilhas. A partir dessas acusações, é possível perceber que há um jogo de posições cujo Rio Grande do Sul ocupa o lugar de explorado economicamente pelo centro desde o período imperial.

É interessante pensar em como esse efeito do centralismo como problema aparece também nos arquivos — na Guerra dos Farrapos, apontado como um centralismo político ligado aos produtores de café; no caso do MSPM a sede do governo brasileiro: Brasília. O centralismo é metaforicamente citado, referenciando o centro econômico ou político, enquanto o RS se encontra as margens das decisões, alegando ser uma vítima dessa forma de poder. Pesavento (2014) utiliza a palavra “esgotamento” para definir o sentimento do RS em relação ao centro, narrar o momento de eclosão da revolta farroupilha em 1835. Sensação que retoma sentido na materialidade analisada pelo trabalho.

O que os revolucionários almejavam era a independência política em relação ao domínio do centro, mantendo, contudo, os laços econômicos com o resto do país, por meio da continuidade do fornecimento do charque ao mercado interno. Segundo Pesavento (2014), os estancieiros julgavam que o Rio Grande do Sul não ia bem economicamente porque: “no plano de consciência de agentes de uma economia descapitalizada como a charqueadora gaúcha, os problemas surgiram porque *faltavam negros* e porque o Rio Grande do Sul era *dominado pelo centro*” (PESAVENTO, 2014, p. 43, grifo nosso). Além disso, os farroupilhas alegavam um descaso do Império em relação à província.

Encontramos mais uma vez o que virá a ser um dos pilares argumentativos do OSMP. Os proprietários, grandes fazendeiros e até mesmo homens livres, de acordo com MAESTRI (2010, p. 178): “viam com maus olhos o centralismo político de um Império que abocanhava grande parte das rendas sulinas”. Esse discurso aparece de forma latente no OSMP, e configura um dos principais argumentos para a separação: a falta de retorno do centro do país em relação ao que, segundo o movimento, os estados do Sul pagam em impostos à União. Para Pesavento (2014) tornava-se claro para os gaúchos que o Rio Grande era relegado à posição de *estalagem do Império*: fornecia soldados, cavalos e alimento durante as lutas fronteiriças; a guerra desorganizava sua produção, mas não recebia indenização por danos sofridos. Da mesma forma, os altos comandos das tropas só eram dados a elementos do centro, enquanto, na realidade, era o Rio Grande que sustentava a guerra.

3.2.3 O fim da guerra

Com o desgaste das tropas, a falta de mantimentos ou motivos para sustentar a revolta, em 1844 iniciaram-se as negociações com o Império, representado por Duque de Caxias, para o fim da revolta. O interesse único e principal era que os chefes farroupilhas saíssem da melhor forma possível. Em março de 1845, foi assinado o tratado do Ponche Verde apenas pelos vencidos, os farroupilhas. Maesti (2010) aponta que as reivindicações do tratado eram para uso interno na província, escolha do presidente, transferências das dívidas para o Império etc. A libertação dos soldados farroupilhas negros foi uma das cláusulas barradas pelo Império. Esse interesse farroupilha, apesar de não aceito, não condiz com o caráter da guerra, muito menos com o massacre que consagrou seu fim, a batalha dos Porongos em novembro de 1844.

Maestri (2010) aponta que não havia espaço na sociedade sulina para mais de 1 mil soldados negros libertos. David Canabarro operou uma traição ao lado de Duque de Caxias que ordenou aos seus soldados que poupassem: “o sangue brasileiro quando puder, particularmente de gente branca da província ou índios, pois bem sabe que esta pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro.” Como dormiam em acampamentos separados, nessa noite em especial, o comandante ordenou que os soldados negros dormissem sem armamento. Durante a noite, o acampamento farroupilha foi “surpreendido” por um ataque imperial. Estima-se que foram mortos cem lanceiros. Canabarro entregou os demais soldados para serem reescravizados no Rio de Janeiro. A infantaria negra farroupilha fora aniquilada: “A cor dos corpos caídos no campo da traição não deixava dúvida sobre o idêntico ódio dos chefes farroupilhas e imperiais aos trabalhadores escravizados.” (MAESTRI, 2010, p. 184)

Para concluir, esperamos que esse momento do texto tenha servido para compreensão de determinados assuntos e leituras feitas aos arquivos e seus funcionamentos de linguagem específicos quando o OSMP faz referência ao sentimento separatista. A Guerra dos Farrapos, ou como nomeado pelo tradicionalismo gaúcho: Revolução Farroupilha, é motivo de orgulho no imaginário Sulista e, principalmente, sul rio-grandense. Durante todo mês de setembro, comemora-se no estado do Rio Grande do Sul, o mês farroupilha, com acampamentos, churrasco, música tradicionalista etc. O 20 de setembro, início da Guerra Farroupilha, é feriado no estado e considerado “o precursor da liberdade”²⁰. O separatismo significa, ainda, muito

²⁰ Trecho do hino do estado do Rio Grande do Sul.

para a cultura de um estado, de uma região, que se julga superior às demais que compõem o Brasil. Essa memória, bem como suas implicações, é tratada ao longo do trabalho.

4 MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS

Essa seção do trabalho dedica-se a compreender, o tanto quanto se é possível, a história, as motivações, os objetivos e o contexto em que surge o movimento Sul Livre. Por tanto, trataremos a seguir os pontos principais apresentados no nosso *corpus*, o *site* do movimento, a missão, os valores e a visão por trás dos ideais de emancipação pregados pelo OSMP. Todas as informações aqui apresentadas foram retiradas do principal repositório, que é a página *on-line* oficial. O movimento se apresenta, primordialmente, com um objetivo bem claro: “Viabilizar a emancipação política e administrativa dos três estados do sul do Brasil.” É uma associação privada, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é alcançar a emancipação do Sul de forma pacífica e democrática, levando à construção de uma nação soberana. O uso de força ou violência é veemente criticado pelo movimento. A sede nacional está localizada na cidade de Pomerode-SC, já que é o local onde reside a atual gestão da diretoria, entre 2017/2021.

Segundo as informações coletadas no *site*, a finalidade do movimento é: “elaborar estudos e organizar debates livres para avaliar as possibilidades pacíficas e democráticas de autodeterminação do povo sulino, que habita os territórios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul através da forma plebiscitária.”. Em diversos momentos o Movimento apresenta-se de forma democrática e tem como interlocutor *o povo sulista*, solicitando que ele entenda a sua força e capacidade de emancipar-se. Durante as discussões do trabalho, ainda surgiu por parte do orientado uma indagação interessante a respeito da escolha do uso de *habita*: o que abriria espaço para ainda mais discussões, porque tensiona a noção do “que é originário”, “que já habitou”. Essa construção nas discursividades do OSMP, remete às origens míticas da “Europa brasileira” que apagam os povos indígenas e a presença africana tanto na constituição do estado quanto no presente. Como exemplo, os senegaleses, que hoje habitam esse território são considerados povo sulino?

Lima e Vinhas (2018) apresentam a consideração a respeito de quem seria esse sulista, sulino ou sul-brasileiro e apresentam a definição dada por Ramil (2004, p.7): “aparentam sentir-se os mais diferentes em um país feito de diferenças”. Ademais, as autoras discutem o movimento e retomam a noção da reprodução de tradições do passado por parte dos sulistas em

práticas contemporâneas que causariam essa sensação de não pertencimento em relação ao restante da população brasileira:

Essa visão, contudo, parte de uma posição tida como hegemônica, dominante, a qual desconsidera, por exemplo, o legado da população negra escravizada na região, tampouco das comunidades indígenas que nela habitavam. Podemos mencionar que as práticas e culturas oriundas da população africana e indígena instaladas nos três estados do sul do Brasil não se coadunam com o imaginário de sulista forjado sócio-historicamente. É importante referir, mesmo que de forma breve, que esse imaginário parte de uma posição dominante, posição da qual os representantes do Movimento O Sul É o Meu País enunciam. (LIMA; VINHAS, 2018, p. 173)

Seguindo sobre o OSMP, o conceito da *autodeterminação* é um dos pilares do movimento, amparando-se juridicamente, também sobre o direito e liberdade de pensamento e direito de organização para expressar e divulgar o pensamento, da Constituição Federal e nas Resoluções das Nações Unidas especialmente na Resolução 1514 (XV)²¹. Na *Carta de Princípios*, o movimento reitera seu compromisso com a democracia, contra qualquer tipo de discriminação, com a consulta popular e com a estrutura administrativa horizontal. Além disso, elenca os fatores que corroboram a emancipação, que são: políticos, tributários, econômicos, geográficos, culturais, sociais, morais e históricos. Conforme o arquivo for apresentado, retornaremos para essas questões com a devida atenção. Outro discurso que circula na carta é a importância de tornar a questão pública: “pois a grande maioria da população sulina é mantida na desinformação sobre sua própria potencialidade”. Cabe aqui uma pergunta básica: quem são *eles* que estão desinformados?

O *site* do movimento é repleto de enunciados que reiteram a falta de identificação com os demais estados da União e a necessidade de separar-se para viver com plenitude a cultura sulista. O OSMP segue ativo nas redes sociais e firme com seus objetivos de divulgar e propagar a mensagem do separatismo a todos os sulistas. Essa identidade e sentimento de não identificação, não concordância e de ser prejudicado pelo Brasil, como vimos anteriormente não é uma novidade. Trataremos sobre mais questões referentes ao movimento a partir da leitura do *corpus* de escolha do nosso arquivo, bem como nas filiações teóricas que subsidiam a nossa análise daqui por diante.

²¹ A Resolução 1514 condenava todas as formas de colonialismo e afirmava o direito à autodeterminação. Defende também que a falta de preparação dos povos não podia ser um obstáculo à sua transição para a independência. A resolução foi aprovada por 89 votos a favor, nenhum contra e 9 abstenções.

DAS TEORIAS MOTIVADAS E (RE)VISITADAS

5 O REFERENCIAL TEÓRICO

Tratando mais especificamente das teorias convocadas durante o gesto de leitura ao do arquivo, trago neste segundo capítulo conceitos que são fundamentais para a compreensão do trabalho. A análise de discurso compreende a língua²² não como um código que é transmitido, mas como uma linguagem em funcionamento na interação entre sujeitos historicamente situados como a base material dos processos discursivos. O discurso é, portanto, o efeito de sentido entre locutores. Sendo assim, há um gesto de leitura aos dos arquivos que difere de outras áreas, como, por exemplo, a história.

O arquivo em AD, assim como a linguagem, não é apenas um repositório de informações, mas também uma língua em funcionamento. Nessa materialidade, é possível depreender tensões sociais, questões ideológicas e os efeitos das lutas ideológicas na língua. Num enunciado como o OSMP, há funcionamentos que refletem e convocam discussões sobre o espaço de memória que é a região Sul e, no nosso recorte, o RS. Também nos faz questionar sobre quais discursos o estado é formado. Quais são os sentidos de Brasil e de brasileiro nessa relação? A escolha do enunciado *O Sul é meu país* condensa boa parte do discurso fundador do RS e, por isso, foi escolhido como tema do presente trabalho.

6 O DISCURSO FUNDADOR

O discurso fundador se apresenta como uma das principais questões que interpela o *corpus* deste trabalho. Portanto, se faz necessário uma reflexão acerca do conceito e como ele estabelece relações com a trama discursiva aqui elaborada. Define-se discurso fundador, conforme Orlandi (2001), como uma imagem enunciativa dos discursos que *ecoam* e *reverberam* efeitos do passado no cotidiano dos laços sociais. O discurso fundador se aproveita

²² Devemos "conceber a língua (objeto da linguística) como a base em relação à qual se constroem os processos; a base linguística caracteriza, nessa perspectiva, o funcionamento da língua em relação a ela mesma, como realidade relativamente autônoma; e é preciso, desde então, reservar o termo de processo discursivo (processo de produção do discurso) para se referir ao funcionamento da base linguística em relação às representações colocadas em jogo nas relações sociais. Isso permite compreender por que formações ideológicas bastante diversas podem se constituir sobre uma única base (resposta ao problema: uma só língua/várias culturas)." Pêcheux, 2019, p. 74.

de significados já estabelecidos e instala um novo, assim como a filiação, ou seja, produz o efeito do que é familiar, que só pode ser de um jeito.

A relação conflituosa entre Rio Grande do Sul e a Federação tem raízes profundas nos conflitos imperiais, com intuitos separatistas, os quais produziram sentidos num período determinado da história: a Revolta Farroupilha. Ainda que amparada nos conceitos de autodeterminação ou outros preceitos jurídicos expostos no site do movimento, não há novidade na sensação de ser prejudicado pela Federação. Isso quer dizer que há um efeito do passado que ainda significa e formula espaços no cotidiano não apenas dos separatistas, mas dos habitantes da região Sul em um geral.

Mais do que uma unidade federativa ou uma identificação de naturalidade, *ser gaúcho* convoca uma série de sentidos que nascem justamente em um espaço de negação de tudo que já existe, inclusive, os sentidos de *brasilidade*. Segundo Orlandi (2001), os efeitos dos discursos fundadores operam na forma com que lidamos com a temporalidade e a historicidade justamente porque eles nos impõem o que veio antes, incontestavelmente, e nos dão a impressão de pertencer ao que já existe e ao que está por vir. Os enunciados que funcionam como discursos fundadores repercutem, se espalham e “reverberam efeitos de nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”. (Idem, 2001, p. 12).

Orlandi (2003) ainda afirma que só se pode falar em fundar um discurso pensando sobre um *nós*; e, de forma genérica, é justamente esse *nós* no Rio Grande do Sul e os efeitos de apagamento/exclusão que interessam a pesquisa aqui apresentada, pois é nesse ponto que se dá a necessidade de apagamento de tudo que já existe para, então, se formar uma nova identidade, um novo povo, um novo *nós*: o gaúcho ou o sulista. A própria imagem enunciativa do gaúcho se apresenta como uma boa metáfora dos sentidos evocados no que se diz sobre o Sul. O “*nós*” no RS ocupa um espaço central na formação identitária dos gaúchos.

O enunciado “O Sul é meu país” evoca um discurso sobre o Brasil, sobre o Rio Grande do Sul e principalmente sobre o que esse estado não é. Se vale frequentemente dessa negação para estabelecer e filiar uma rede de sentidos que pode significar dentro dos contextos de produção específicos ao separatismo. O discurso pelo qual o Rio Grande do Sul é falado mobiliza uma série de formações ideológicas que se materializam na superfície do arquivo, nos funcionamentos de linguagem aqui analisados.

Tudo isso suporta uma formação discursiva que permite que enunciados como “O Sul é meu país” seja dito por um grupo de sulistas e permaneça praticamente sem questionamento pelos ouvintes. Isso nos mostra que há espaços de filiação suficientes para significar esse funcionamento específico e contextos de produção capazes de apoiá-lo para que produza sentidos. O OSMP pode existir e significar seus ideais porque se apoia em uma memória consolidada. De acordo com Orlandi (2003), o discurso fundador pode ser pensado a partir da construção do significar, que se apoia em três momentos. O primeiro, no apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos. Isso pode ser observado no momento dos projetos literários que cercam a figura do gaúcho, em que todas as existências precisam ser negadas para que esse novo tipo surja nos pampas. Apaga-se o que já existe, mesmo que o novo seja apenas uma ilusão conveniente.

O segundo momento é a resistência ao apagamento e, conseqüentemente, a construção de novos sentidos. No RS há uma série de movimentos que reivindicam seus espaços na constituição identitária do estado, os quais lutam por direitos iguais e por um espaço que devolva a memória dos grupos que fundaram o estado. Mas há constantemente a negação e o silenciamento dessas existências em prol da consolidação do homem virtuoso gaúcho, que precisa existir para sustentar a cultura e história do RS, o qual lutou bravamente na “guerra” contra as injustiças.

O último ponto é justamente o retorno. O discurso fundador volta na forma institucionalizada de um movimento estruturado, mas também retorna nas conversas cotidianas. É o documento que exige a autodeterminação e separação escrito por advogados e também é o encontro no Parque Farroupilha no 20 de setembro, honrando a guerra. Ele está presente nas relações do dia a dia, e é justamente por isso que pode seguir evocando sentidos. Discursos fundadores, segundo Orlandi (2003) constroem lugares de memória que podem ser acessados por meio da ideologia e do inconsciente dos sujeitos. Há um movimento importante da passagem do sem-sentido para o sentido, uma vez que “ao significar, nos significamos”. O efeito desse movimento é o reconhecimento do que é diferente e a instauração do que só pode ser daquele jeito. É através dos rudimentos que se instala a ruptura, no espaço que serve ao discurso já instituído e consagrado.

7 MEMÓRIA DISCURSIVA

Durante o trabalho, diversas vezes a *memória* insurge na interpretação e nas noções de historicidade que apresentamos. É importante, portanto, marcar que não se trata de uma memória interna e psicologizada, mas de “um conjunto complexo, pré existente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um *corpus* sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, 2011, p. 142). A essa memória, que se inscreve nesses espaços de forma variável, remete-se, então, à memória coletiva.

Os modelos de memória do que Pêcheux (2011) chama de *universos discursivos logicamente estabilizados* (as ciências naturais) partem de um sujeito epistêmico, operatório e estratégico, o qual é capaz de compreender adequadamente pela cognição, uma sequência dada. Ou seja, ao se deparar com uma sequência x, o sujeito teria um maquinário que o possibilita “tratar a informação”. Além disso, o que é exterior ocupa um espaço secundário no tratamento da informação e o sujeito pode, então, produzir, perceber e compreender sequências por meio de ferramentas que o permitem manipular a linguagem de forma lógica.

No entanto, não é desse sujeito que AD se ocupa. O objeto essencial da AD está no campo dos *espaços discursivos não estabilizados logicamente* (o cotidiano, os espaços sócio-históricos, filosóficos, políticos etc.). Pêcheux (2011) afirma que há consequências para a escolha desse segundo campo discursivo, que sugerem hipóteses alternativas e as resume em três pontos principais. O primeiro ponto é que a condição para que uma sequência seja produzida e interpretada não se inscreve na esfera individual, psicológica, mas “reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória de sequência.” (PÊCHEUX, 2011, p. 145).

A partir disso, podemos tratar brevemente do conceito de *interdiscurso* que, de acordo com Pêcheux (2011, p. 145), caracteriza um “corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que essa materialidade intervém para constituir tal sequência”. Essa compreensão nos ajuda no tratamento dos enunciados aqui trabalhados e dos seus efeitos produzidos na esfera do coletivo. Ou seja, as condições de produção que permitem que esse sujeito historicamente situado reconstitua o não-dito em discursos separatistas, por exemplo, remete ao que já foi dito no espaço do coletivo, em outro lugar, mas não sob bases de operação lógicas e internas.

O segundo ponto trabalhado por Pêcheux (2011) é a impossibilidade de dentro de uma análise discursiva-linguística de uma sequência, separar-se das “instruções” que permitem a construção de uma significação e da interpretação enquanto processo do sentido posto a essa sequência. Isso significa que a estrutura sintagmática de um enunciado causa efeitos essenciais para a compreensão das implicações paradigmáticas. A terceira questão é que dentro dos espaços dos quais se ocupa a AD, os não estabilizados discursivamente, a língua é um espaço de inscrição de traços que formam uma memória sócio-histórica e é a esse corpo de traços o objeto da AD.

No enunciado que tratamos no trabalho a respeito do separatismo e dos ideais que regem o movimento, parece haver o que Pêcheux (2020) chama de tensão contraditória ao longo do processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória²³. Conforme comentado no capítulo anterior, a imagem do gaúcho como um homem virtuoso e trabalhador se inscreve nesse espaço da contradição, que pode ser compreendido “sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência: o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.” (PÊCHEUX, 2020, p. 46).

A historicidade e a figura de um gaúcho que representaria um povo, cujas qualidades são honrosas, foram forjadas no espaço do mítico, do literário. Pêcheux (2020) discute ainda sobre como esse conflito entre um acontecimento histórico entendido como singular e o dispositivo de uma memória colocam em jogo a passagem do *visível* ao *nomeado*. Essa imagem do gaúcho, como a conhecemos, funcionaria como um operador da memória social. Outro ponto que surge aqui é o quanto essa imagem comporta dentro dela mesma um programa de leitura que se inscreve discursivamente em um lugar de repetição e reconhecimento próprios de um mito. Podemos retomar aqui o projeto literário de construção de um significante heroico para a figura do *gaucho* em países como Uruguai e Argentina e a criação dos CTGs no Rio Grande do Sul.

²³ A memória em AD e nesse trabalho se difere da memória psicologizada. A memória individual cai muitas vezes no estigma do que já foi vivido e, por isso, pode ser lembrado. No caso da AD, quando falamos em memória, pensamos em como ela se desdobra no sentido coletivo, social. É essencial reforçar que a memória social, da qual tratamos neste trabalho, é, de acordo com Achard (2020), o produto de uma estruturação do discursivo, construída a partir de uma materialidade, no nosso caso, o arquivo.

Falando sobre o OSMP e os arquivos presentes no site, pode-se observar em funcionamento o que Pêcheux (2020) chama de uma estruturação da materialidade discursiva complexa, inscrita na dialética da regularidade. Aqui há um encontro sobre a definição de memória discursiva construída no diálogo entre Pêcheux e Achard, para tanto, a ideia é justamente transpor os pontos de ligação dessa conversa com o material de análise escolhido durante a montagem. De acordo com Pêcheux (2020, p. 48), a memória é o que nos permite diante de um texto restabelecer “os implícitos que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Ao longo da montagem dos arquivos que serão demonstrados na próxima sessão, a pergunta feita por Pêcheux (2020) aparece de forma latente ao longo do gesto de leitura: onde residem esses implícitos que estão ausentes por sua presença? Retomando as discussões propostas por Achard (2020), os implícitos não existem enquanto um discurso autônomo, portanto, têm como base um imaginário que os sustenta. Cada discurso que o pressupõe permite sua reinserção por meio de retomadas, paráfrases e remissões. As recorrências, nesse caso do OSMP, permitem na leitura do arquivo, mesmo onde não estiverem explicitamente instanciadas, investigar os tipos de implícitos por quem os sentidos chamam.

Sendo assim, o funcionamento do discurso estaria condicionado às práticas e as condições de produção do seu portador. O “passado”, de acordo com Achard (2020), trabalharia mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos. Aqui é importante marcar que a memória do separatismo não restitui frases escutadas ou enunciados pré-existentes, mas sim os julgamentos do que é historicamente provável e verossímil sobre o que é constituído pelas operações de paráfrase. A memória suposta no discurso que pode ser a partir dos deslocamentos, reconstituída ou inscrita na enunciação.

Em alguns momentos do texto, faço referência à região Sul e ao Rio Grande do Sul como espaços de memória. Essa terminologia é compreendida aqui como: “A condição essencial da produção e interpretação se uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela resiste de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência.” (PÊCHEUX, 2011a, p. 145-146). É interessante pensar aqui o quanto a construção dessa memória e identidades específicas às discursividades do OSMP insurgem nas materialidades das sequências discursivas apresentadas. Ou seja, como esse espaço de memória funciona na superfície do

arquivo e inventa tanto um Sul quanto um Rio Grande do Sul no espaço de formulação próprio de uma memória.

Pêcheux (2020) conclui após suas considerações sobre o implícito e a contribuição das discussões sobre interpretação na construção da AD que a memória:

não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2020, p. 53)

Sendo assim, não se pode afirmar que exista uma única memória operando sobre o Rio Grande do Sul e que ela funcione de uma determinada forma nos arquivos. O que a construção do trabalho e montagem do material tenta expor é justamente os conflitos sobre as memórias que operam no imaginário gaúcho. Essas memórias que buscam espaço na construção de um estado e de uma identidade específicas se inscrevem nos funcionamentos de linguagem analisados no capítulo subsequente.

8.2.1 O esquecimento

Para concluir as reflexões, julgo relevante trazer para o trabalho, ainda que de forma breve, o espaço do esquecimento na formação de uma memória. Para tanto, retomo um dos textos reunidos para a formação do livro *Usos do esquecimento*, do colóquio ocorrido em Royaumont em 1987. Os autores discutem fundamentalmente o quanto o esquecimento não é neutro. Nas falas de Yerushalmi, historiador especialista em história judaica, pensam-se as implicações do esquecimento na formação de culturas e suas reflexões podem ser sintetizadas pela pergunta: o que poderíamos lembrar e o que poderíamos nos autorizar a esquecer?

Yerushalmi (2017, p. 15) ainda questiona as definições em relação à memória coletiva e o esquecimento coletivo e afirma que povos e grupos só podem se esquecer do presente. Isso quer dizer, segundo o autor, que um povo só pode se lembrar daquilo que lhe foi transmitido por meio de “lugares de memória”²⁴. Ou seja, esse esquecimento se inscreve na transmissão de

²⁴ O conceito de “lugares de memória” é propriamente desenvolvido por Pierre Nora. Por questões de recorte, não será trabalhado nesse momento, mas em trabalhos futuros. A referência para o texto pode ser encontrada em NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História:

uma história de geração em geração. Portanto, o que na constituição de uma cultura e identidade podem ser autorizados a ficar “de fora”? Ao transmitir, por exemplo, a história da Guerra dos Farrapos? Na maioria dos casos, o massacre dos Porongos ²⁵ não é incluído na narrativa sobre o confronto, fica de fora por “manchar” o projeto democrático defendido pelos farroupilhas que se inscreveu nas discursividades sobre o movimento. Consequentemente, grande parte dos gaúchos que se orgulham do movimento farroupilha sequer tem consciência a respeito da traição sofrida pelos negros escravizados durante a revolta e dos reais interesses dos estancieiros, que inclusive subjugavam os próprios gaúchos.

Ainda que as discussões nos textos do autor pensem especificamente o papel do historiador na construção de uma memória, uma citação do texto me chamou a atenção e acredito que acrescenta as discussões desenvolvidas neste trabalho. O autor propõe a seguinte questão: “É possível que o antônimo de *esquecimento* não seja *memória*, mas *justiça*?” (YERUSHALMI, 2017, p. 28). Sobre essa acepção, ao longo do trabalho, mostramos pela historicidade constitutiva do material o quanto a construção da identidade gaúcha, da qual muitas vezes o OSMP se vale, deixa no esquecimento grande parte das culturas constitutivas do RS. Seja pela imagem do gaúcho, do sulista que integraria o movimento, seja pelas discursividades do movimento, há uma lembrança e a retomada de uma memória construída sobre o apagamento, conforme tratamos ao longo do texto.

8 FORMAÇÃO DISCURSIVA

De acordo com Courtine (2016, p.14): “o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”. As consequências advindas dessa orientação nos convocam a compreender dois pontos importantes a respeito da formação discursiva que são essenciais na montagem de um material e na compreensão teórica em AD.

²⁵ Esse momento específico da Guerra dos Farrapos aparece na primeira seção deste trabalho.

O primeiro deles é o conceito de *especificidade*, uma vez que, segundo Courtine (2016), não se pode reduzir o discurso à análise da língua nem o dissolver dentro da perspectiva histórica. Para tanto, a materialidade discursiva deve ser compreendida como um objeto próprio, que produz o seu lugar nas proposições teóricas. O segundo ponto é compreender que essas proposições teóricas são essenciais na condução do estabelecimento dos procedimentos que realizam a montagem do instrumento, no nosso caso o gesto de leitura aos arquivos.

Seguindo a discussão, Courtine (2016) chama de *processos discursivos* as fontes de produção dos efeitos no discurso, sendo assim, a língua, se pensada como relativamente autônoma, é onde os efeitos de sentido “acontecem” e se materializam:

Em outros termos, propomos que todo discurso “concreto” é duplamente determinado, por um lado pelas formações ideológicas que relacionam estes discursos às suas formações discursivas definidas, por outro lado pela autonomia relativa da língua, “mas propomos que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que pertence a uma ou outra dessas determinações.” (HENRY, 1975 *apud* COURTINE, 2016, p.16).

Chegamos, portanto, à definição de *formação discursiva*, que pode ser definida como o que é externo à língua, os sentidos que “fogem” ao controle dos sujeitos e determinam uma certa materialidade que serve de base para a compreensão dos processos discursivos, de acordo com Courtine (2016). Isso explica o porquê de a análise dedicar-se também aos aspectos históricos e sociais do Sul. Essa escolha no tratamento demonstra a filiação e a aproximação com as ideias que não veem a linguística como uma ciência isolada e o falante como um ser ideal. Courtine (*idem*) discute também o espaço da contradição, ao longo do discurso, como princípio de sua historicidade. Essa contradição é justamente o que não permite que a falsa ilusão de um real histórico seja utilizada em AD, apelando, assim, para as compreensões marxistas de ideologia: “se qualquer discurso concreto materializa uma posição determinada na luta ideológica, é então possível sustentar que o sentido da referência ao marxismo, no campo da AD, há de vir da evocação do primado da contradição sobre seus contrários bem como do caráter desigual da contradição.” (ALTHUSSER, 1975, p. 148).

Depois de definir os procedimentos para uma análise em AD, o autor define o interdiscurso de uma FD como um domínio do saber próprio desta FD. Ou seja, a contradição entre a articulação contraditória de uma e FD e de formações ideológicas é primária e constitutiva de uma FD. A partir disso, então, são formados os objetos, *elementos do saber*. O que pode representar no Rio Grande do Sul um saber constitutivo sobre a Guerra e o estabelecimento de um inimigo, cujo objetivo único é trazer prejuízo para o povo sulista, por

exemplo. Isso passa de maneira quase transparente aos participantes do movimento que compactuam com as ideias pregadas pelo OSMP.

Para Courtine (2016), o domínio do saber de uma FD é o princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações, determinando o que pode ou não ser dito contra o que não é formulável: “O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber daquela FD, pode ser referido como aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras.” (p. 9). Nessa discussão entraria ainda a definição de enunciado, a forma, o esquema geral, que governa as regularidades. Courtine (idem) as chama de “repetibilidades”.

Tudo isso permite que o sujeito historicamente situado participe de uma *rede de formulações*, que consiste justamente em um conjunto estratificado de formulações, cujas redes estabilizam a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso são formados ali como pré-construídos. Isso nos ajuda na compreensão do fato de ser transparente para uma parcela significativa dos moradores da região Sul os discursos do separatismo pregados pelo OSMP. Há uma possibilidade de julgar como possível essa separação, além de viabilizá-la de formas concretas.

Ao longo do trabalho, principalmente na construção das paráfrases, falo que determinado sentido funciona de maneiras diferentes a depender da formação discursiva. Ao trazer o texto de Courtine que discute o conceito, além de apresentar formas para que a análise possa ser esquematizada, pretendo que o trabalho tenha o máximo de aporte teórico possível. Portanto, como o leitor já fora avisado anteriormente, a ideia não é esgotar a reflexão acerca das teorias de AD, mas sim marcar de onde estou falando e sobre o que diz respeito à formação discursiva. Principalmente, por neste trabalho questionar a formação discursiva presente no separatismo sulista e na fala dos apoiadores do OSMP.

9 ARQUIVO

A tomada de posição teórica adotada em nossa análise propõe um gesto de leitura aos arquivos presentes no site do OSMP e que constituem não um “repositório de informações”, mas, principalmente, *linguagem em funcionamento*. Essa tomada de posição perante os documentos permite compreender a historicidade e as filiações ideológicas deste e de outros enunciados que articulam a trama discursiva que tecem o imaginário gaúcho (Barbosa Filho, 2020). Para tanto, serão incluídos na reflexão deste trabalho as relações entre o arquivo e a AD,

bem como as reflexões teórico-analíticas que definem o entendimento da materialidade e se diferenciam, por exemplo, do trabalho de um historiador perante o arquivo.

A análise de discurso surgiu no espaço teórico como uma disciplina de entremeio entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Ainda que não se toquem, há compreensões importantes que contribuem para cada uma das disciplinas. Por exemplo, a análise de discurso pecheutiana pensa em como cada sociedade organiza o campo do interpretável, quais sentidos são estabilizados, entendendo que o que causa o efeito de transparente no discursivo é a ordem do social. Ou seja, o arranjo das relações sociais, sempre histórico, impõe efeitos materiais ao discurso, aos deslocamentos, à polissemia e às possibilidades de deslize do sentido.

Conforme discutido por Orlandi (2020), os controles de interpretação são historicamente delimitados e as disputas ideológicas são, primordialmente, disputas pelo sentido. Ainda de acordo com a autora, o real da língua, a partir dessa teoria, não pode ser colocado num modelo lógico e matemático, mas sim no campo da materialidade. Sendo assim, é importante retomar o fato de que o materialismo é por essência anti-humanista. O homem não está no centro das discussões, o sujeito é compreendido aqui como o resultado de processos históricos. É aqui que o linguístico é convocado. Para pensar em como essas tensões e conflitos se materializam pela linguagem (e sobretudo pela língua), que muitas vezes foi excluída do campo das ciências sociais.

A partir disso, pensando na relação entre história e linguística é preciso marcar as discussões propostas por Pêcheux (1994, p. 55) sobre as dificuldades "de uma semântica puramente intralinguística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual, levam a pensar que uma pesquisa multidisciplinar é indispensável para um acesso realmente fecundo." Ou seja, ampliar as discussões sobre arquivo, não o vendo apenas como um "banco de dados", surtiria efeitos positivos para ambas as disciplinas. Para este trabalho é importante reafirmar a posição discursiva em relação ao arquivo, pensando nas relações entre língua e história e em como "o fato da língua foi, e permanece, consideravelmente subestimado em todos os projetos de leitura de arquivo" (PÊCHEUX, 2010, p. 58). Para o analista de discurso, o arquivo não é puramente um repositório de informações, mas linguagem em funcionamento. Por isso, não deve ser uma simples textualização de acontecimentos históricos cronologicamente marcados. Tanto na

escolha quanto na montagem dos arquivos aqui trabalhados, materializam-se os conflitos ideológicos que, muitas vezes, são deixados em segundo plano.

Barbosa Filho (2022) discute em seu texto também a importância de pensar os debates acerca da relação entre discurso e arquivo. O autor marca também que é fundamental instrumentalizar o linguista em um procedimento teórico-analítico em face ao trabalho de documentos textuais. As reflexões acerca das aproximações da AD e da história diante do arquivo reafirmam: “o compromisso do analista de discurso com a produção de uma rede de noções que não se contente com “aplicações”, mas com um dispositivo de escuta que deve sempre partir do funcionamento material da língua” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 23).

Seguindo na discussão sobre *o fato da língua*, Pêcheux (1994, p. 9) afirma que as operações sintáticas são passíveis de deslocamentos e, sendo assim, a discursividade enquanto inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história “constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.” É sobre isso que trato ao afirmar que o arquivo escolhido é uma materialidade que coloca em jogo funcionamentos de linguagem que permitem uma leitura historicamente situada de seus efeitos de sentido que surgem no interior da sintaxe. É importante marcar, também, que não se recorre ao arquivo em busca de informações ou da descrição de um fato histórico, mas “permite o estabelecimento de relações de sentido a partir de funcionamentos linguísticos” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 14).

Para concluir, a montagem do corpus aqui apresentado, bem como a escolha do arquivo que será posto em análise, parte de uma tomada de posição discursiva sobre a linguagem. Para tanto, deixo a citação de Pêcheux sobre a importância da contribuição da análise de discurso para o campo historiográfico e na compreensão de acontecimentos:

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade* do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 1994, p. 11).

A TRAMA DISCURSIVA EM ARQUIVOS SOBRE SEPARATISMO NO RIO GRANDE DO SUL

10 O LUGAR DA SINTAXE EM ANÁLISE DE DISCURSO

Gostaria de iniciar a análise com as discussões propostas por Léon; Pêcheux (2011) no que diz respeito às *três condições cruciais para Análise de Discurso*. A primeira condição trata-se da noção de leitura, uma vez que ler não é uma atividade de decodificação ou a compreensão de uma informação, pois a construção de sentido apoia-se na referência a outros textos e nas suas condições de produção. Sendo assim, as teorias em AD propõem “cercar o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de suas possibilidades de substituição, comutação e paráfrase” (LÉON; PÊCHEUX, 2011, p. 165). A partir desse entendimento, interroga-se o *corpus* na superfície dos seus funcionamentos e no gesto de leitura elaborado em uma tomada de posição discursiva.

O segundo ponto tratado pelos autores em relação à materialidade discursiva, no nosso caso o arquivo, é a “estrutura dos dados”. Aqui entra a construção do *corpus*, compreendido como “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas” (LÉON; PÊCHEUX, 2011, p. 165). A última condição a ser discutida é o estatuto de “enunciado”. De acordo com Léon; Pêcheux (2011) ao entrar em contato com o arquivo textual, um historiador não se depara com fatos puros, e sim com formulações opacas e ambíguas e que dependem de uma rede de filiações para significarem. Portanto, uma sequência discursiva (SD) não pode “ser considerada um como uma simples articulação de informações elementares, mas como comportando uma série de mudanças de níveis, sintaticamente recuperáveis (pelo menos em parte)” (LÉON; PÊCHEUX, 2011, p. 166).

Aqui, entra uma discussão fundamental sobre o trabalho deste capítulo: até que nível a sintaxe intervém no tratamento de um *corpus* em AD? Por vários momentos ao longo da pesquisa, discutimos com os colegas de grupo a importância da sintaxe no trabalho do analista. Não em uma visão gramatical clássica de um falante perfeito, mas de um sujeito que é dito pela linguagem, isso pode ser apreendido na materialidade dos discursos e no que escapa. De acordo com Léon; Pêcheux (2011), a produção de sentido depende da colocação de várias sequências em relação a outras para que se possam visualizar os processos discursivos. Portanto, um dos primeiros trabalhos é de segmentar o *corpus* em sequências autônomas, que “quebram”, nas palavras dos autores, o fio discursivo e evidenciam o funcionamento de sintagmas nominais,

estruturas temporais, conjunções, operadores argumentativos etc. Esse trabalho permite que sejam situados os *nós da discursividade no nível da sintaxe*” (LÉON; PÊCHEUX, 2011, p. 168, grifo nosso).

Segundo Léon; Pêcheux (2011, p. 168-69) as paráfrases sintáticas “consistem em forçar de alguma forma a aproximação de duas estruturas suscetíveis de uma paráfrase sintática”. A questão é importante, pois, dessa forma, a análise das estruturas coloca em jogo funcionamentos que são além de linguísticos, da ordem do discursivo, mas que se materializam na sintaxe, podendo tanto guardar traços do fio discursivo como permitir que estruturas sejam aproximadas sem que se retome especificamente ao sentido. Outro ponto abordado é o *espelhamento* sob qual se constitui a hipótese dos autores de que – entre duas sequências discursivas diferentes há uma mudança de sentido que pode ser percebida a partir da variação sintática (Léon; Pêcheux, 2011). Os autores ainda afirmam que essa diferença, apesar de mínima, está presente em toda as paráfrases, porém, varia de acordo com as que são analisadas. O texto citado apresenta mais uma série de questões pertinente à AD, como as estruturas sintáticas fixas, a variação lexical, entre outras que, por questão de recorte, não serão conceituadas no presente trabalho.

O que não pode deixar de receber atenção antes da análise ser apresentada é o fato da alteridade no discurso que se contrapõe à identidade. Em frente a um arquivo nos deparamos com o efeito seguro das repetições, dos enunciados lógicos e com o temível caos, da diferença e da não estabilidade nos efeitos de espelhamento. Léon; Pêcheux (2011, p. 172-173), para concluir sobre as relações entre AD e sintaxe, afirmam que o centro da discursividade reside, justamente, na lógica da interpretação das formas estáveis e as construções discursivas que escapam a essa lógica:

o essencial da discursividade seria compreender a tensão contraditória entre a relação paradigmática de substituição que tende em direção à estabilização da forma lógica e a existência de relações de deriva e de alteração entre sequências que podem, ao mesmo tempo, conectarem-se por sintagmatização ou substituírem-se sob a base das ligações evocadas.

Levar em consideração essa tensão constitutiva conduz a abordar a categoria da contradição por meio de um viés que deixa de privilegiar a contradição lógica, deslocando a análise em direção das formas materiais discursivas de contradição ligadas à alteração e à deriva. Isso reafirma que um uso materialista da noção de contradição na análise do discurso supõe necessariamente, levar em consideração os espaços de heterogeneidades nos quais funciona essa contradição.

11 ANÁLISE

Um dos primeiros gestos de leitura diante da formulação *O Sul é meu país* foi pensar nas negações que o enunciado sustenta no interdiscurso. Pensando no enunciado *O Sul é meu país*, amparado pelas discursividades do movimento, podemos desenvolver as seguintes paráfrases:

(SD₁) O Sul é meu país

(SD₂) O Brasil não é o meu país

A SD₁ é constituída de uma afirmação que sustenta em si mesma uma negação central, exposta na SD₂. Aqui, funciona uma ideia de nação, de identificação ou como nomeado pelo próprio movimento o *direito pela autodeterminação*. Ao desdobrar a SD₁ há um jogo que pode ser feito com os pronomes pessoais e a mudança na região que, também, ao serem substituídos apontam para lugares de significação diferentes. Pelo menos, diferentes daqueles em que o movimento pode existir e significar.

Colocando em jogo na trama discursiva, podemos questionar a transparência desse Sul que só funciona, inclusive, em relação ao referente que nega:

(SD_{1.1}) O Sul é o nosso país

(SD_{1.2}) O Brasil não é o meu país

(SD_{1.3}) O $\frac{\text{nordeste}}{\text{centro-oeste}}$ é o meu país²⁶

A paráfrase em SD_{1.3} é passível de enunciação dentro das discursividades específicas do movimento, uma vez que em outros momentos no arquivo, construções com nexos comparativos, colocam no mesmo grau de comparação o Sul com outras regiões do Brasil que são consideradas igualmente prejudicadas pelo poder central. Num dos arquivos presentes no site do OSMP, há um que pode funcionar como “base” da investigação, o texto *Uma proposta sulista*, apresentado no Quadro 1:

²⁶ Nas eleições de 2018, logo após a divulgação dos resultados por região, circulou em alguns meios como o Twitter a divulgação de frases como “O Nordeste é meu país”. O enunciado, sobretudo, significava uma negação por parte de sulistas em relação aos altos índices de votação e adesão ao governo Bolsonaro. Ou seja, aqui apontava justamente para um não-pertencimentos aos ideais de uma maioria que representava a região Sul e Sudeste, principalmente, num movimento de “tirar-se fora” da própria região.

Quadro 1 – Uma proposta sulista²⁷

SD ₂	Hoje, enfrentamos velhos problemas, muda o presidente, mas não muda o vírus chamado Brasília, através de emendas parlamentares compram votos de forma institucionalizada, o falso liberalismo busca até taxar livros, parece que o modelo inglês, de meados do século 19 (investimentos ferozes em educação), foi sufocado. No Brasil dos políticos, o povo é sufocado, os casos de corrupção são fonte de uma tremenda burocracia, de autoritarismo que retira o dinheiro dos estados e municípios, que faz o dinheiro sumir das mãos do povo.
SD ₃	Eleições são apenas partes de um cenário de repressão, o dinheiro público não é respeitado, o sulista é tão agredido por Brasília, quanto o nordestino, o paulista, o mineiro.
SD ₄	Os nossos aspectos culturais são engolidos pela versão do “samba” e “futebol”, na verdade somos também rodeios, somos gaúchos, somos músicas que narram toda lida do campo, sendo que na diversidade do Brasil é uma falsa unidade que tentam construir, algo que os sulistas não fazem parte.

Fonte: <https://www.sullivre.org/uma-proposta-sulista/>

A ideia de dividir o texto em um quadro se deu por motivos de estruturação da análise, já que estou tratando de três afirmações que podem ser parafraseadas e são fundamentais para investigação do movimento:

(SD₂) Brasília é um vírus.

(SD₃) O $\frac{\text{sulista}}{\text{povo}}$ é tão agredido $\frac{\text{por Brasília}}{\text{pelo Brasil dos políticos}}$, quanto o nordestino, o paulista, o mineiro.

(SD₄) Os $\frac{\text{nossos aspectos culturais}}{\text{rodeios, lida no campo}}$ são engolidos pelos $\frac{\text{aspectos culturais deles}}{\text{samba e o futebol}}$

A partir desses três desdobramentos, pretendo construir a análise e seguir com as discussões.

11.1 O VÍRUS BRASÍLIA

Nesse momento apresento as tramas discursivas que dizem sobre um poder central e sobre as relações entre Sul e Brasília no movimento. Para tanto, gostaria de trazer para compor o arquivo duas imagens presentes na página do Facebook do movimento, que acredito que

²⁷ O texto pode ser encontrado na íntegra no Anexo I do capítulo. A autoria é de Joacir Dal Sotro, apoiador do movimento, professor de Filosofia e Mestre em Práticas Transculturais.

possam apoiar e construir o referente Brasil/Brasília na trama textual. A primeira é apresentada na Figura 1:

Figura 1 – Chega de sustentar o Brasília. O Sul é meu país.



Fonte: Página oficial do movimento Sul Livre no Facebook

A *fanpage*, na qual a imagem foi postada conta com aproximadamente 79 mil²⁸ pessoas que curtiram a página (incluindo, aparentemente, seis dos meus amigos). A atividade mais recente é sobre o feriado de Tiradentes, em 21 de abril do corrente ano e questiona o caráter inconfidente do movimento. O texto é escrito por Celso Deucher²⁹, figura essencial e frequente do OSMP e inicia com a frase: “Neste 21 de abril no Brasil temos um feriado nacional daqueles para inglês ver e que na pior das hipóteses é uma ode à hipocrisia nacional de um país que não conseguiu forjar heróis para sua independência e por este motivo, precisou fabricá-los.”

Enfim, seguindo para análise, a faixa sustentada por o que parecem ser apoiadores do movimento, com camisetas e símbolos do OSMP, tem os seguintes dizeres: *Chega de sustentar o Brasília. O Sul é meu país*. De acordo com Pêcheux (2009, p. 266), sobre as paráfrases discursivas, há uma distinção entre uma unidade não-contraditória do sistema da língua e uma

²⁸ O dado foi aferido em março de 2022. Há outra página, não oficial com cerca de 120 mil curtidas.

²⁹ Jornalista, professor e escritor. Secretário Geral do Gesul (Grupo de Estudos Sul Livre) e ex-presidente nacional do Movimento O Sul é o Meu País.

paráfrase histórico-discursiva “para marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada”. Dentre essas duas, a que participa ativamente no processo de construção de sentido é a noção de uma paráfrase que seja histórica e discursiva. Portanto, conforme o exposto no Capítulo 1, não é a primeira vez que o centro, na contemporaneidade representado por Brasília, figura como inimigo do Sul.

Esse movimento por meio de paráfrases possibilita que os implícitos, presentes por sua ausência no texto, sejam reconstituídos nas formulações, considerando as condições de produção dos enunciados. Pensando na formulação do cartaz, “Chega de sustentar o Brasil. O Sul é meu país”, decidimos³⁰ dividi-la em duas SDs:

(SD_{2.1}) Chega de sustentar o Brasil

(SD_{2.2}) O Sul é o meu país

Pensando em SD_{2.1}, é possível ainda desdobrá-la nas seguintes paráfrases:

(SD_{2.1.1}) O Sul $\frac{\textit{sustenta}}{\textit{precisa parar de sustentar}}$ o Brasil

(SD_{2.1.2}) Chega $\frac{\textit{do Sul}}{\textit{de}}$ sustentar o Brasil

e na transformação passiva:

(SD_{2.1.3}) O Brasil é $\frac{\textit{sustentado pelo}}{\textit{depende do}}$ Sul

Nas três SDs apresentadas anteriormente, não há, ao nosso ver, apenas uma relação de distinção, mas de dependência assimétrica (na medida em que apenas uma das partes depende da outra). Assim, uma paráfrase como

(SD_{2.1.4}) O Sul não $\frac{\textit{depende do}}{\textit{é sustentado pelo}}$ Brasil

é plausível, mas

*(SD_{2.1.5}) O Sul $\frac{\textit{depende do}}{\textit{é sustentado pelo}}$ Brasil

não.

³⁰ A escolha de *nosso* ao longo da análise é porque ela foi construída conjuntamente com o orientador do trabalho.

Os sentidos de *depende* parecem estar ligados não apenas a uma relação econômica – em que Sul seria *provedor* do Brasil³¹ – mas a uma relação de *espoliação*, de *exploração*. Esses desdobramentos colocam em jogo as relações de poder expostas pelo OSMP. Se a região Sul, composta por três estados é suficiente para sustentar os demais 23, logo a região é superior à unidade federativa, justamente a ideia defendida pelo movimento. Uma produção possível a respeito disso é de que o Brasil precisa do Sul, mas o Sul não precisa do Brasil, dessa forma, pode se separar tranquilamente, porque além de independente também tiraria um “peso de suas costas”.

Isso mobiliza para *Sul* e para *Brasil* outros lugares de significação que não de regiões geográficas, mas sim de um imaginário político que se inscreve na trama das relações ideológicas (Barbosa Filho; Vicente, 2022). De tal maneira que essa dependência seria a razão das mazelas econômicas do Sul.

Assim, outra paráfrase se faz possível:

(SD_{2.1.6}) O Sul é $\frac{\textit{espoliado pelo}}{\textit{explorado pelo}}$ Brasil

A discussão sobre Brasília como um vírus funciona na historicidade sulista e é amparada, muitas vezes, na exploração financeira. Os estancieiros, responsáveis pelo movimento farroupilha, tinham como principal argumento para o início do conflito se sentirem prejudicados em relação a cobrança de imposto sob o charque, principal produto de exportação do Rio Grande do Sul nesse período. O OSMP ampara-se nessa memória e baseia a emancipação também nos argumentos financeiros. Isso pode ser reconstituído a partir da escolha do sintagma adverbial *continua*, ou seja, há uma continuidade em relação ao empobrecimento do Sul, conforme Figura 3.

³¹ Aqui poderíamos pensar, por exemplo, em sentenças do tipo “O filho é sustentado pelos pais” ou “O filho depende dos pais”. Em ambos os casos, *ser sustentado por* e *depende* não indicam (necessariamente) uma relação “negativa”. Ou seja, nem sempre os verbos *depende* e *sustentar* evocam paráfrases como “O filho *precisa deixar de ser* sustentado pelos pais” ou “O filho *precisa deixar de depender* dos pais”. Isso quer dizer, em suma, que os efeitos de sentido evocados por esses funcionamentos verbais dependem das formações discursivas nas quais estão inseridos.

Figura 3 – Brasília continua discriminando e empobrecendo a região Sul



Fonte: Fanpage do movimento Sul Livre

Diferentemente do que ocorre na SD_{2.1.6}, agora a relação de dependência assume um novo caráter: o *Sul*, que operava enquanto provedor da nação, está na posição de ser discriminado, empobrecido por Brasília. Por isso, a afirmação ao longo do trabalho de que o grande inimigo do Sul é o centro do país, está apoiada na análise desses arquivos. Há aqui uma relação metonímica em que a parte — centro do poder legislativo brasileiro — representa o todo, o Brasil, já que a arrecadação não diz respeito a cidade de Brasília e sim à União. O Brasil se torna o inimigo numa relação sinonímica de *centro*. Sobretudo, se reinscrevem os sentidos que outrora perpetuaram os ideais do movimento farroupilha: livrar-se da opressão de um governo central e reestabelecer uma república em que os sulistas possam exercer sua verdadeira essência. Qual essência? Não pertencer ao seu país de origem?

Ainda sobre os enunciados presentes nas Figuras 2 e 3, pensam-se os *efeitos metonímicos* que a tomada de posição em relação que Brasília assume no enunciado produzem ao referenciar-se como todo. Primeiro, é importante marcar que a escolha do termo efeitos

metonímicos parte do princípio de que a análise de discurso os compreende além dos funcionamentos linguísticos, considerando os atravessamentos sociais dessa especificidade na materialidade do arquivo. Para tanto, cabe analisar qual relação parte-todo está em jogo nessa escolha. O que é retomado é uma memória que aparta o centralismo político, Brasília, dos demais estados, no nosso recorte, o RS.

Brasília, para o OSMP, concentra e representa todas as qualidades que devem ser excluídas da constituição de um estado Sulista, um *vírus*, que faz mal. Portanto, além de uma representação de efeito metonímico, apresenta-se como uma metáfora daquilo que deve ser condenado, combatido e não condiz com os princípios do movimento. Brasília, enquanto centro do poder administrativo da federação é a personificação da corrupção e da má gestão, é o *Brasil dos políticos em que o povo é sufocado* motivo pelo qual os três estados do Sul não podem ser representados por esse poder executivo. Nesse jogo de poder, até mesmo políticos que concordariam com uma visão liberalista, alinhados aos ideais do OSMP, não são bem-vindos, porque são, sobretudo, brasileiros.

Ainda, em outro arquivo de imagem, em uma postagem de agosto de 2020, o OSMP se apropria de uma charge do artista Angeli e se coloca na mesma posição enunciativa de uma doméstica que fica com os restos do jantar. Nessa mesma imagem, homens bem-vestidos e abastados estão sentados a mesa e a oferecem como sinal de que se preocupam com a alimentação da mulher, vestida como empregada, quem provavelmente fez o jantar. Em forma de metáfora imagética³², o OSMP se compara com alguém que providencia o alimento (impostos) e recebe como retorno apenas as migalhas. Ou seja, segue-se a relação de exploração e prejuízo sobre a qual se constroem os argumentos separatistas. A imagem postada na *fanpage* do OSMP é a Figura 4, a imagem original consta como Figura 5, a seguir. Assim, concluímos esse primeiro momento da análise e seguimos para a próxima sequência discursiva desdobrada.

³² Outro conceito que deve ser melhor trabalhado em análises futuras: a ideia das imagens na discursividade.

Figura 4 – Paródia feita pelo movimento



Fonte: *Fanpage* do movimento Sul Livre

Figura 5 – Charge original



Fonte: www.brasilcultura.com.br

11.2 TÃO AGREDIDO QUANTO

Dando seguimento a análise, nos dedicamos agora aos desdobramentos possíveis na comparação feita no arquivo *Uma proposta sulista*, em que aparece uma relação de igualdade entre o sulista e demais estados:

(SD3) O sulista é tão agredido por Brasília, quanto o nordestino, o paulista, o mineiro.

Podemos ainda desdobrar como:

(SD_{3.1}) O sulista, o nordestino, x, y são agredidos por Brasília

(SD_{3.2}) Brasília agride o sulista, o nordestino, x, y

O centro do país não é uma ameaça apenas para o Sul. Os impostos e as desigualdades são tão agressivos para o Sul quanto para as demais regiões. A partir dessa sequência discursiva, pode-se colocar em pauta o uso da expressão comparativa de igualdade *tanto quanto*. Sendo assim, estão em pé de igualdade em relação ao Brasil as demais regiões, além do Sul. Inclusive, é interessante observarmos como sulista e nordestino³³ operam na sequência, sendo marcadores de região, enquanto mineiro e paulista são identidades estaduais sudestinas, porém não são evidenciadas dessa forma na superfície sintagmática.

Em outro momento do arquivo há o seguinte trecho:

[...] temos tantas reivindicações, que convocamos o brasileiro honesto de cada estado brasileiro para um levante político e que torna inimigo o político corrupto, o centralizador, o incompetente e autoritário Estado brasileiro, o coronelismo e império precisam ter um fim. O direito de autodeterminação dos povos está ao nosso lado, nós somos o novo tempo, o novo caminho, o novo sorriso de cada filho sulista. Venha conosco e faça da região sulista um novo País.

Por partes: há nesse trecho uma convocação não só para os sulistas, mas também para todos os brasileiros honestos. Acredito que esse seria o ponto que permite que o sulista seja comparado com as populações de outros estados. Assim, a identificação e igualdade não

³³ Nas eleições de 2018, logo após a divulgação dos resultados por região, circulou em alguns meios como o Twitter a divulgação de frases como “O Nordeste é meu país”. O enunciado, sobretudo, significava uma negação por parte de sulistas em relação aos altos índices de votação e adesão ao governo Bolsonaro. Ou seja, aqui apontava justamente para um não-pertencimentos aos ideais de uma maioria que representava a região Sul e Sudeste, principalmente, num movimento de “tirar-se fora” da própria região.

aparecem pela identidade de uma nação, não se dão pelo fato de todos serem brasileiros. Ela se constrói sobre a imagem de um inimigo em comum pelo qual o povo honesto é agredido:

(SD_{3.2.1}) Brasília agride o brasileiro honesto.

Avanço então para os seguintes desdobramentos:

(SD_{3.2.2}) O brasileiro honesto é o inimigo $\frac{\text{do Estado brasileiro}}{\text{do político corrupto}}$

(SD_{3.2.3}) $\frac{\text{O brasileiro honesto}}{\text{O sulista}}$ é inimigo $\frac{\text{da corrupção}}{\text{do centralismo}}$

(SD_{3.3.4}) O brasileiro honesto é inimigo do Brasil.

Há a construção de um discurso sobre o Brasil como inimigo que além de discordar, convoca todos os que são honestos a combaterem conjuntamente. Há uma certa contradição ao convocar *o povo brasileiro honesto de outros estados brasileiros* para um levante político cujo o ponto de encontro é assumir que o poder centralizador é o inimigo, mas ainda para construir conjuntamente o país Sul, do qual não farão parte. O enunciado *O Sul é meu país* evoca um discurso sobre o Brasil, sobre o Rio Grande do Sul e principalmente sobre o que esse estado não é. A própria imagem enunciativa do gaúcho se apresenta como uma boa metáfora dos sentidos evocados no que se diz sobre o Sul e sobre os planos de exclusão da cultura no estado. E com isso, seguimos para a próxima sequência que fala sobre qual é a cultura sulista e gaúcha.

11.3 SOMOS GAÚCHOS, SOMOS RODEIOS

Barbosa Filho e Vicente (2022) pensam a polarização no campo do político e refletem sobre como ela se inscreve no discurso, primordialmente, na relação entre um *nós* e *eles*. Essa polarização é marcada no OSMP, como condição de existência, conforme vimos anteriormente. É necessário figurar o *eles*, enquanto inimigo, para que *nós* possa ser construído na discursividade. Os autores ainda defendem que de acordo com as formulações em jogo, o *nós*, que apesar de idêntico ao pronome pessoal da primeira pessoa do plural, precisa ser questionado na sua aparente transparência, já que em condições de produção distintas, apresenta diferentes processos de significação.

Sugerem também que o *nós* e o *eles* não sejam tomados “enquanto elementos que se reportam a “pessoas” ou “agentes políticos”, mas a posições discursivas possíveis de serem ocupadas por diferentes sujeitos em condições de produção dadas” (BARBOSA FILHO;

VICENTE, 2022, p. 198). Seguindo a discussão, os autores definem que os processos de significação são que interessam, apesar de a relação ser constitutiva do imaginário político. É a forma como os pronomes se inscrevem numa aparente evidência e numa autodefinição de um *nós* e de um outro que o contrapõe e está de fora o *eles*:

É essa compreensão que nos afasta tanto de uma tomada de posição psicologista e empirista (que reporta o dizer a um falante que é fonte e origem dos processos de produção de sentido) quanto de uma tomada de posição pragmática (que mobiliza o conceito de “contexto” ou “situação” para dar conta da exterioridade dos processos de produção de sentido). (BARBOSA FILHO; VICENTE, 2022, p. 198).

Ainda que esteja falando sobre um movimento que compreende os três estados do Sul, o recorte do trabalho, como já anunciado é pensar o Rio Grande do Sul. Por isso, para desenvolvermos a seguinte sequência, é interessante colocar em jogo o que são definidos como os aspectos culturais:

SD₄: Os $\frac{\text{nossos aspectos culturais}}{\text{rodeios, lida no campo}}$ são engolidos pelos $\frac{\text{aspectos culturais deles}}{\text{samba e o futebol}}$

Essa formulação é especialmente interessante porque aponta para um sentido de posse o que pode ser desdobrado nas construções do arquivo: *na verdade somos também rodeios, somos gaúchos, somos músicas que narram toda lida do campo, sendo que na diversidade do Brasil é uma falsa unidade que tentam construir, algo que os sulistas não fazem parte*. Existe uma diferença entre o que é o *nós* e o que é *nosso*. Assim como existe uma diferença entre o que são *eles* e o que é *deles*.

Essa diferença é recuperável em outros arquivos do OSMP. Um deles, *Breve história do sentimento emancipacionista do povo sulista*³⁴, escrito por Celso Deucher, texto destaque no site do movimento, encontramos o seguinte trecho:

Em cada casa, esquina, estádio, fábrica, escola, universidade, enfim, em todos os cantos de nossa amada terra Sulista os gritos de nossos heróis Guayracá e Sepé Tiaraju ecoam novamente, de norte a Sul... “Co Yvy Oguereco Yara³⁵”... É a divisa de luta nos chamando (...)

O pronome possessivo *nossa*, definindo “amada terra Sulista” e *nosso*, se referindo aos heróis indígenas será o ponto de partida para análise do trecho. Analisemos as sequências:

³⁴ O texto completo pode ser encontrado nos anexos do trabalho.

³⁵ “Esta terra tem dono!”

(SD_{4.1}) Ecoam novamente os gritos dos *nostros* heróis Guayracá e Sepé.

(SD_{4.2}) É a divisa de luta *nos* chamando.

O pronome possessivo nesse caso, aponta muito mais para uma relação de *posse*, o que permite uma paráfrase como:

(SD_{4.1.1}) Os $\frac{\textit{heróis}}{\textit{Guayracá e Sepé}}$ são nostros.

(SD_{4.1.2}) A cultura indígena pertence a nós.

Do que para uma relação de pertencimento

(SD_{4.2.1}) Nós fazemos parte da cultura indígena.

Portanto,

(SD_{4.2.2}) Guayracá e Sepé são nostros heróis.

De novo, há um movimento de colocar-se fora, intrínseco a construção de um *eles* e de formações que permitiriam a identificação desse povo sulista com alguma forma brasileira pré-existente, nesse caso a indígena. Pensando na historicidade constituinte do território rio-grandense, a figura indígena aparece até mesmo como pacificadora das tensões colonialistas. Em outros momentos, o discurso aponta para o não pertencimento às culturas europeias numa disputa pela terra *contra* Portugal e Espanha, também, além do Brasil:

Naquele momento histórico surge pela primeira vez, um sentimento nativista de amor a terra Sulista unindo nosso povo para lutar contra Portugal e Espanha, que disputavam este território. Liderados pelo grande herói Cacique Guayracá, [nós] fomos a guerra para defender nosso território.

A sentença “fomos a guerra para defender nosso território”, com um *nós* elíptico na sequência discursiva, refere-se aos conflitos Nativistas durante o período colonial, liderados por Guayracá (1553) e posteriormente Sepé Tiarajú (1756), apontados como início do sentimento separatista³⁶. É interessante a forma como o OSMP se posiciona como um *nós* na sentença, que retoma em grande parte a ideia de *sulista* e não *nós indígenas*. Aqui, a imagem simbólica do indígena apresenta uma virtude que deve ser absorvida pelo OSMP, uma cultura que é nossa,

³⁶ Há um estudo desenvolvido especificamente sobre o tema: “O mito é uma fala: O uso da figura do Cacique Guairacá no discurso separatista do movimento O Sul é meu País”, de Michele de Melo da UEL. O texto foi devidamente referenciado ao final do texto.

mas não participa como a imagem representativa do que se espera de um sulista, o *nós*. De acordo com Melo (2019, p. 13):

A manipulação dessa história leva a crer que os Outros brasileiros são uma ameaça aos estados sulistas, um inimigo em comum faz de três estados distintos um outro lugar, suscita o imaginário de uma nova comunidade. Por este motivo, observa-se a importância para os separatistas de evocar heróis em sua história. Ao mesmo tempo em que se sinaliza os vilões que prejudicam o desenvolvimento da região sul, naturaliza-se a ideia de que seus recursos são redistribuídos para pagar as contas de um Brasil que não se orgulha de fazer parte. A diferença é que o Outro é parte constituinte da identidade brasileira e por sua vez, da região sul. O imaginário separatista sulino tem sido moldado por meio de vários mitos, de muitas falas roubadas, destruídas, reconstruídas e ao atribuir novos valores, naturalizadas como discursos legitimador da causa secessionista.

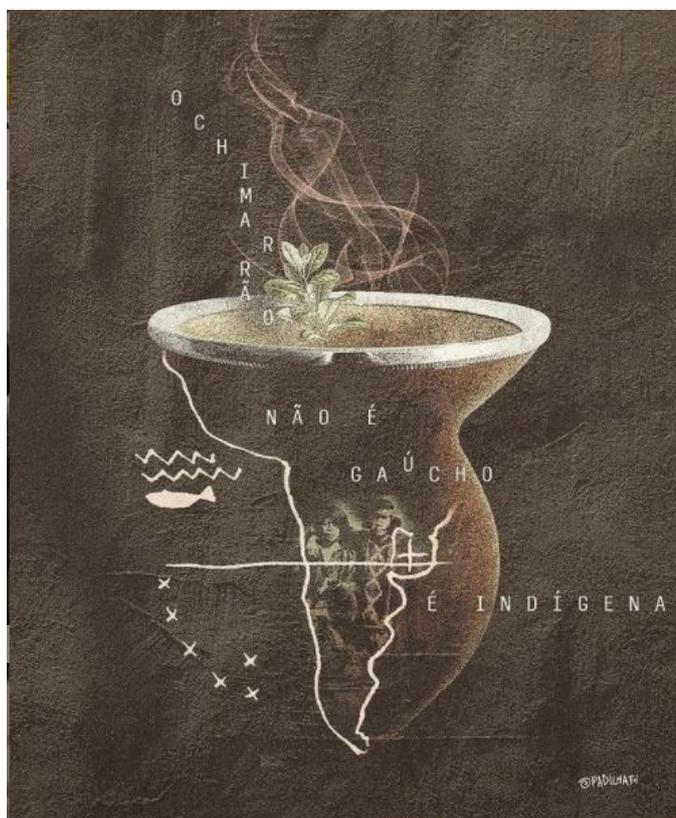
Essas diferenças reverberam nos discursos que fazem parte do que o OSMP chama de *sentimento emancipacionista* do Sul do país. Além das retomadas históricas, há uma movimentação discursiva para que as determinações a respeito de quem pode fazer parte do movimento sejam definidas. Isso fica na superfície dos funcionamentos quando percebemos a diferença de uso entre o que é *nós* e o que é *nosso*.

Ou seja, embora formalmente o pronome pessoal da primeira pessoa do plural *nós* seja idêntico, ele não evoca os mesmos processos de significação em condições de produção distintas. Tudo depende, portanto, de uma análise das formulações. Como apresentado na análise anterior, o *nós* apresenta diferentes sentidos, que funcionam, primordialmente, de acordo com os interesses do movimento (Barbosa Filho; Vicente, 2022). O que é *nós* e o que é *nosso* depende do quanto será interessante defender determinada identidade. O que nesse contexto pode apoiar um ideal emancipacionista? O que pode, de fato, da cultura indígena ser compreendido como cultura sulista? Não são todos os traços que podem aparecer como sulistas e sim aquilo que for conveniente ao movimento: o sentimento emancipacionista, num movimento de igualdade entre a luta pelo território dos indígenas guaranis do século XVIII e os sulistas separatistas de hoje.

Recuperando a presença indígena na constituição do estado, durante as comemorações do 20 de setembro, nos últimos anos há um movimento frequente de reivindicação por símbolos que foram engolidos pelo projeto cultural gaúcho. A cultura indígena foi de certa forma colocada como parte a ser incorporada ao sulismo, quando se trata dos valores que devem ser “anexados” ao separatismo, em uma posição de figura mítica que só existiu em um passado, em um movimento de algo que precisou ser morto para se encaixar na história do *gaúcho*, como no poema *Martin Fierro*. A Figura 6 ilustra um movimento para exemplificar o trabalho de alguns

artistas que têm buscado formas de ir contra o discurso dominante sobre o que é o território sul-rio-grandense e sua cultura:

Figura 6 — O chimarrão não é gaúcho, é indígena.



Fonte: [instagram.com/padilhath](https://www.instagram.com/padilhath)

Seguindo no enunciado, os aspectos culturais dos gaúchos, em específico nesse caso, são, como apresentado pela SD₄, *engolidos* pelo que samba e pelo futebol. Essa sequência afirmar e exclui das práticas culturais do Sul o carnaval e o futebol. Não porque não são práticas cultuadas na região, mas sim porque dizem muito sobre quem é o Brasil que se combate. Ou seja, enquanto a identidade brasileira for pautada em aspectos x e y, esses não serão os aspectos aceitos como sulistas, porque são *deles* e nesse caso, são também *eles*³⁷. A afirmação é, sobretudo, paradoxal, ao criticar o Brasil, dizendo-se que “na diversidade do Brasil é uma falsa unidade que tentam construir, algo que os sulistas não fazem parte”.

³⁷ Pensando a importância cultural que o samba e o futebol representam na cultura brasileira e pelo reconhecimento sobre essa cultura dentro e fora do país, quase que como algo “muito brasileiro para ser gaúcho”.

No entanto, há um efeito de homogeneidade e unidade produzido por afirmações como:

(SD_{4.3}) Nossa cultura são as músicas que narram a lida do campo.

(SD_{4.4}) Nossa cultura não contempla o futebol.

Aqui não cabe uma resposta, mas uma pergunta: quem são os gaúchos, cuja cultura são as músicas que narram a lida no campo e os rodeios? Nessa acepção, gaúcho funciona como sinônimo de tradicionalista. A cultura do estado de fato não se relaciona com o futebol e o samba? É interessante perceber como o movimento acaba desenvolvendo o que tanto critica: uma falsa unidade. Além de que, sobretudo, ignoram-se fatores culturais importantíssimos do Rio Grande do Sul como as torcidas gigantescas do Grêmio e do Inter e o sambista Lupicínio Rodrigues, nascido em Porto Alegre. Como isso não pode ser também o Rio Grande do Sul? O que nos leva ao questionamento quem nessa memória constitutiva do estado pode fazer parte desse *nós*.

11.3.1 Dos cidadãos

Sobre isso, ainda, trago para discussão o próprio projeto da República Rio-Grandense, redigido em 1843 na cidade de Alegrete–RS (Quadro 2). Escrita nos dois anos finais da Guerra Farroupilha, o arquivo ao qual interpele os funcionamentos, cuja superfície convoca materialidades discursivas que corroboram o que chamo aqui de projeto social constituído pela exclusão/negação. O arquivo motiva uma reflexão válida a respeito das diferenças entre quem habita o Sul do país e quem é de fato é considerado um gaúcho, um indivíduo que representa as características esperadas pelo OSMP.

Quadro 2 — Projeto de constituição da República Rio-Grandense, 1843, Alegrete - RS

1. Todos os homens livres nascidos no território da Republica.
2. Todos os Brasileiros que habitavam no território da Republica desde o memorável dia 20 de Setembro de 1835 com intenção de pertencer à Nação Rio-Grandense.
3. Todos os Brasileiros residentes no território da Republica na época em que, na proclamação da Independência, e aderiram a esta expressa, ou actualmente estão empregados no serviço civil, e militar da Republica.
4. Os filhos de Pay e May, natural do paiz, nascidos fora do Estado, desde o momento, em quem vierem a estabelecer nelle o seu domicilio.
5. Todos os Estrangeiros, que tem combatido, ou combaterem, na presente guerra da Independência, com tanto que residam dentro do paiz e tenham a intenção de fixar nelle seu domicilio.

6. Os Estrangeiros, paus de cidadãos naturaes da Republica, e os cazados com filha do paiz, que professando alguma ciência, arte, ou indústria, ou possuindo algum capital em giro, ou bens de raiz, se achem residindo no estado a tempo de jurar-se esta Constituição.
7. Os Estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas para se obter a Carta de naturalização.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande Do Sul (APERS)

Algumas considerações importantes precisam ser feitas a respeito do arquivo apresentado. O primeiro ponto já de antemão define a exclusão dos escravizados: apenas homens livres fazem parte da nação. Sobre a Constituição transcrita, o promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Eugênio Cruz Spegiorin, em artigo publicado nos arquivos do Ministério Público³⁸ em 1985, tece por páginas a fio elogios à constituição e como ela representava, segundo palavras do autor: “a conquista maior, demonstração viva de que os líderes republicanos viam, na proteção do cidadão a razão de ser de todo movimento farroupilha”. O autor comenta brevemente sobre o sexto tópico, dizendo que *lamentavelmente verifica-se que a escravidão não seria banida de nossas plagas*. Depois disso, seguem os elogios.

O projeto de exclusão das culturas africanas no Rio Grande do Sul, o descaso com o Massacre dos Porongos e a chacina promovida contra os soldados negros na Guerra dos Farrapos, pode ser observada também na superfície dos arquivos sobre o separatismo. Um estado que se une entorno de comemorações e honrarias a uma “revolução” que prega desobediência a um poder centralizado, a quem recrimina e por quem se sente prejudicado, reproduz no interior de suas práticas sociais uma organização semelhante em violência e exclusão. A reprodução dos sentimentos de preterição a outros estados recai novamente sobre um elo da sociedade que foi negligenciado no Rio Grande do Sul durante todo o período da Guerra dos Farrapos e nas retomadas históricas ao movimento: não há espaço para outras culturas e outros estrangeiros que não sejam brancos. Isso pode ser retomado na constituinte da República que estava sendo construída.

³⁸ O artigo é nomeado “Revolução Farroupilha e a Constituinte Republicana” elogia os feitos que levaram à separação do Império e a insurgência dos gaúchos a poderes centralizadores. Não houve separação do Império. O texto na íntegra está disponível no site do Arquivo Público do Rio Grande do Sul em <http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1279046831.pdf>

Segundo o historiador José Euzébio Assumpção em entrevista à BBC Brasil³⁹, sobre o desconhecimento do Massacre dos Porongos na narrativa histórica tradicionalista gaúcha: “Existe uma clara intenção política em não abordar esse tema nos festejos de setembro. Essa sonegação histórica acontece porque os farroupilhas são um símbolo de poder do Rio Grande do Sul e falar da traição contra os negros é desmitificar o gauchismo”. Ainda se vende um discurso e a comemoração a um movimento farroupilha abolicionista e democrático, apagando-se toda a história de traição e violência que o jornalista Juremir Machado chama de: “apenas um tijolo do racismo estrutural construído ao longo do tempo”.

Seguindo, os *Brasileiros* e os *Estrangeiros* citados no documento apontam para funcionamentos diferentes. Ao colocarmos em jogo a sequência discursiva:

(SD₅) Todos os Brasileiros que habitavam no território desde o memorável dia 20 de setembro de 1835 com a intenção de pertencer à Nação Rio-Grandense.

Há duas nacionalidades em conflito que não podem coexistir:

(SD_{5.1}) Existem cidadãos brasileiros.

(SD_{5.2}) Existem cidadãos gaúcho.

Portanto, passando para a negação

(SD_{5.3}) Nem todos Brasileiros que habitavam no território são considerados cidadãos gaúchos.

Desdobrando para:

(SD_{5.4}) Apenas os Brasileiros que habitavam no território e que queiram, são cidadãos gaúchos.

Os *Brasileiros* parece muito menos a figuração de uma naturalidade do que uma posição de tomada ideológica no documento. Há dois funcionamentos de linguagem que merecem atenção e retomam a ideia de que habitar o estado não é o suficiente para ser considerado um cidadão gaúcho, um deles é marcado pela escolha de *intenção*. Isso deixa registrado uma memória que coloca em jogo o que já fora comentado no trabalho. Há uma tensão entre quem habita o estado e quem pode ser considerado gaúcho. Essa tensão se dá justamente na

³⁹ A entrevista está referenciada no final do texto, mas o texto na íntegra pode ser encontrado no link: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55236674>>

construção de uma memória sobre o que é ser gaúcho e sobre o que é ser sulista. Veremos em seguida como o estrangeiro é tratado no documento, porque o imigrante europeu habita o estado e recebe outro tipo de tratamento.

O uso do pronome relativo *que* apresenta a forma restritiva e determina que há uma parte dos brasileiros considerados no documento = *Brasileiros que habitavam o território da República*. Além disso, há uma adjunto adnominal que marca uma temporalidade para essa consideração = *desde o memorável dia 20 de setembro de 1835*⁴⁰. Acrescenta-se, então, mais uma característica a esses cidadãos: a ideia de que haja uma tomada de posição que demonstre a sua *intenção* em *pertencer* à Nação Rio-grandense. Ou seja, restringe-se a participação de Brasileiros como uma postura política, não se trata de uma naturalidade geográfica, do estado ser um território brasileiro, ser cidadão sulista é uma escolha que perpassa a intenção de, primordialmente, não ser brasileiro. Não há espaço para ser os dois.

Já as considerações feitas a respeito dos *estrangeiros* são diferentes. Nesse caso os africanos não são considerados estrangeiros, esse espaço parece pertencer a outro grupo social que integrava demograficamente a população no Rio Grande do Sul: os colonos europeus. Aqui estrangeiros cursa com o sentido de alguém que não nasceu na República Rio-grandense, mas que pode ser naturalizado, diferentemente dos brasileiros que precisam de uma motivação intencional. Para esses grupos específicos, uma carta de naturalização é o suficiente, ou seja, eles poderiam por meio de um processo jurídico ser considerados cidadãos gaúchos. Escravizados não poderiam ser considerados cidadãos; brasileiros poderiam, desde que apresentassem a *intenção*; e os estrangeiros brancos podem facilmente ser considerados gaúchos, desde que passem por um processo legal de *naturalização*.

11.4 PARA “AMARRAR” A ANÁLISE

A ideia de partir de três sequências do texto *Proposta sulista* foi trabalhar três recorrências dos arquivos selecionados na montagem: a questão do inimigo — o centro — a questão do *nós* no movimento, novamente motivando um *eles* para se opor e, por fim, a questão da cultura e dos cidadãos considerados parte desse projeto. Não pretendo aqui, de forma alguma, esgotar as análises sobre a temática e, sim, abrir espaço para mais desdobramentos que

⁴⁰ Data da Proclamação da República Rio-grandense início da Guerra dos Farrapos.

pode surgir, justamente, das falhas nessa análise. Acredito que as discussões sobre esse espaço de memória que é o Sul, o Rio Grande do Sul, neste trabalho, seja pela perspectiva do separatismo, ou por tantas outras que apoiam a sua existência, configuram um escopo de estudo produtivo. Vamos às conclusões de maneira mais detalhada.

CONCLUSÃO

Para concluir, mas não finalizar, o presente trabalho dedicou-se, sobretudo, ao questionamento das aparentes unicidades em relação ao Sul e ao Rio Grande do Sul. Durante a formulação e os percursos do Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ – UFRGS), ouvi inúmeras vezes sobre o papel do analista ser “dar um passo atrás”, desconfiar de tudo que se coloca como transparente em um discurso. Portanto, como uma analista em formação, acredito que, de uma maneira inicial, tenha conseguido vislumbrar mais sobre a tomada de posição da AD em relação a materialidade dos arquivos e, como pesquisadora, dediquei-me a, de fato, questionar de fato o que era esse Rio Grande do Sul, o que é ser gaúcho e o que é ser brasileiro. Sem, no entanto, esperar respostas prontas a respeito do tema.

Nem pretendo que o leitor termine o texto com essas respostas. Acredito que a contribuição desse trabalho sejam justamente suas lacunas, e o que pode ser desenvolvido a partir delas. O que mais pode ser o sulismo e o gauchismo? Os sentidos sobre o tema têm irrompido nos discursos, principalmente na internet, em especial no Twitter: esse campo pode ser produtivo para análise. Frequentemente recebia materiais dos colegas de pesquisa com algum enunciado que quase gritava por análise ou com arquivos que poderiam, tranquilamente compor o material. Talvez o maior desafio, não ironicamente, tenha sido escolher o que deixar de fora da análise e aceitar que uma graduanda sozinha não poderia se ocupar de todos os discursos que circulam sobre o Rio Grande do Sul. O sentido não é estável e é justamente daí que surgem as possibilidades de análise, de paráfrases e de recorrências dos implícitos.

O enunciado *O Sul é meu país*, como citado em outros momentos evoca um discurso sobre o Brasil, sobre o Rio Grande do Sul e principalmente sobre o que esse estado não é. A construção desse *nós* no RS enquanto identidade se constitui, sobretudo, pelo não ser. Entendo que análise é inicial, mas acredito que o apagamento de muitas presenças, principalmente, a indígena e a africana, constitui discursivamente o Rio Grande do Sul enquanto espaço de memória, como um campo de conflitos e tensões. Para a escrita de um dos artigos da pesquisa, fizemos uma breve busca do termo *sulista* no Twitter. Nenhum dos principais resultados fazia referência positiva ao Sul, muito mesmo aos sulistas. Em um deles, havia uma relação sinonímica entre sulismo/nazismo e em outro afirmações do tipo “sulista nem é gente”. Vejam bem, gritando por análise. Acredito que o questionamento a respeito dessas sentenças seja necessário. De quem se fala quando se fala do sulista?

Há uma expectativa comportamental para a população? Há um imaginário funcionando a respeito de quem são as pessoas que habitam o Sul, que diz respeito a uma memória, cujo próprio OSMP se ampara, em muitos casos. Acredito que esse campo de estudos em relação à identidade e à memória sejam fecundos, colocando os discursos que circulam sobre brasilidade sob análise. Se há a construção de um inimigo pelo OSMP, ele não é novo, muito menos as pautas defendidas pelo separatismo. A questão dos impostos, das diferenças culturais, por exemplo, é quase inerente ao estado e à identidade de um gaúcho que é deixado à margem e utiliza da violência para existir. Isso aparece na literatura gauchesca de forma metafórica e não poderia ser mais sintomático na construção do mito representativo do Rio Grande do Sul: a certeza da existência de um tipo novo, o gaúcho. Como isso funciona em outros locais da América Latina, como Argentina e Uruguai? Há funcionamentos separatistas nessas regiões? Quais as discursividades que operam na construção de identidades regionais em contraposição à brasileira?

Pensando especificamente sobre a estrutura do trabalho, no primeiro capítulo, o intuito principal era situar o leitor a respeito de um passado em relação ao Rio Grande do Sul e ao separatismo. Por isso, apresentamos as considerações da narrativa histórica sobre a constituição do Rio Grande do Sul no cenário de um Brasil Imperial e, portanto, monárquico e centralizador. Além disso, os contornos em relação à Guerra dos Farrapos, os momentos que a antecedem, quem foram os líderes do movimento farroupilha e a estrutura social durante um conflito que defendia preceitos democráticos. Ademais, quais são as memórias em relação à guerra, o que fica de fora dela? A importância da historicidade recai sobre as construções do separatismo, em que o OSMP ampara seus argumentos em relação à emancipação. O discurso fundador permite que alguns sentidos sejam reestabelecidos e signifiquem nas discursividades do OSMP sem que seja novidade, ainda que aparente um efeito de novo. Outro ponto importante é, que nas relações contemporâneas os festejos farroupilhas, ainda figuram parte essencial da memória tradicionalista do estado, a ponto de lembrá-lo anualmente, ainda que não o Rio Grande do Sul tenha sido vencido e traído os soldados negros, o que aparentemente pode ser esquecido sobre o confronto.

No segundo capítulo são apresentados os conceitos teóricos motivados pela análise. Ao longo do meu percurso da graduação, tive contato com os conceitos que compõem a sessão. Eles foram, lidos, relidos, discutidos no grupo de pesquisa e fazem parte do trajeto teórico que tenho percorrido na AD. Acredito que tenham ficado lacunas nesse capítulo que podem ser resolvidas com mais leituras, mais discussões sobre as relações entre história e linguística e como isso

funciona nos gestos de leitura propostas ao arquivo em AD. As discussões sobre arquivo, bem como um desenvolvimento mais atento as discussões propostas sobre o tema ficam como pontos a serem melhorados em trabalhos futuros. Na montagem do arquivo, percebi que as imagens foram mais recorrentes que o planejado. Pretendo me debruçar sobre as questões que ficaram sem análise, por meio de uma leitura elaborada aos aportes teóricos que trabalham a imagem em AD.

A análise é o espaço do capítulo sobre o qual ficam mais inquietações. Acredito que esse seja o correto se o que proponho é justamente um passo atrás no que parece acabado, que só pode funcionar de uma forma, tem início, meio e fim. Um dos diversos gestos de leitura foi proposto para o material apresentado e, como dito anteriormente, são muitas as possibilidades. Espero que o que foi desdobrado aqui abra a possibilidade de mais perguntas e temáticas. Ainda assim, compreendo que esse é o momento inicial e que meu contato com AD será desenvolvido ao longo da minha formação acadêmica. Por fim, houve um desdobramento de sequências discursivas que colocam na superfície dos funcionamentos de linguagem discursividades sobre o Sul e sobre o Rio Grande do Sul. A partir das três sentenças escolhidas como base, com aporte de outros arquivos alguns, investigamos efeitos de sentidos que circulam sobre o separatismo e sobre o que é ser gaúcho e brasileiro nas FDs do OSMP.

Os estudos a respeito do espaço de memória que é o Rio Grande do Sul são um campo em que há muitos materiais para análise e muitos sentidos, memórias e discursos em funcionamento na contemporaneidade. Há uma concepção sobre o Rio Grande do Sul dentro e fora do estado, que aponta para diferentes possibilidades de enunciação sobre o mesmo referente. Acredito que muitos desses discursos funcionam justamente no que é risível, num certo humor sobre o *gaúcho* e, principalmente o sulista, em suma no Twitter. Qual é essa concepção passível de humor é que ficam para investigação em breve. Espero que esse trabalho seja, um momento inicial e que abra espaço para discordâncias, análises e dúvidas. Para finalizar, há uma impossibilidade de conclusão que torna tudo aqui mais interessante.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Positions*. Paris: Hachette, 1975

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. “É à existência desta materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar”. **DARQ - Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo**, Porto Alegre, agosto de 2020. Disponível em: <www.ufrgs.br/darq> Acesso em: 05. mar de 2022.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em Análise de Discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. In: **Cadernos De Estudos Linguísticos**, v. 64, 2022.

BARBOSA FILHO, F. R.; VICENTE, V. D. S. Nós e eles. In: SCHERER, A. E. et al. (Org.). **Restos do horror**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 195-217.

COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**: Revista dos estudos do discurso, imagem e som, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14, jul. 2016 Disponível em: <http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DAL SOTTO, Joacir. Uma proposta sulista, 2020. Disponível em: <https://www.sullivre.org/uma-proposta-sulista/>. Acesso em mar. 2022.

DEUCHER, Celso. Breve história do sentimento emancipacionista do povo sulista, 2017. Disponível em: <https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/>. Acesso em dez. 2020.

GONZÁLEZ, U. C. O gaúcho: história e estética de um mito. **Papéis**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - UFMS, Campo Grande - MS, v. 18, n. 36, p. 26-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3005>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LIMA, S. A. L.; VINHAS, L. I. O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento O Sul é o meu país. **Caderno de Letras**, Pelotas, v. 32, p. 171-198, set. 2018 0102-9576. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MAESTRI, Mario. Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MELO, Michele de. O mito é uma fala: o uso da figura do Cacique Guairacá no discurso separatista do movimento O Sul é meu País. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019, Belém - PA. **Anais da INTERCOM** [...]. Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcajpcgclclefindmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2273-1.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni P. Identidade Lingüística Escolar. *In*: SIGNORINI, Inês(Org.).**Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69) *In*. GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 77.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1982]. p. 163-173.

PÊCHEUX, M. Leitura e memória: projeto de pesquisa. *In*: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011a (p. 141-150)

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*. ORLANDI, Eni P. (org) [*et. al.*]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [*et. al.*]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2019. (p. 69)

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: Achard, Pierre. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. brasileira. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 287 p.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PUJOL, Leonardo. Massacre dos Porongos: a história da chacina dos soldados negros no Rio Grande do Sul. *In*: BBC. **BBC News Brasil**. Porto Alegre, 13 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55236674>. Acesso em: 1 mai. 2022.

SUL LIVRE. **Movimento O Sul é o Meu País**. Organização não governamental (ONG). Santa Catarina: Facebook, 2011. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

YERUSHALMI, Y. H. *et al.* **Usos do esquecimento**: Conferências Proferidas no Colóquio de Royaumont. 1 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.

ANEXO I – Uma proposta sulista

Por Escritor Joacir Dal Sotto *

Há tempos que o movimento O Sul é o Meu País vem pressionando o Estado brasileiro, passamos por situações delicadas nos anos 90, abrimos caminhos contrários ao falso federalismo, lutamos contra políticos que buscavam colocar toda força dos recursos do povo em um poder central chamado Brasília. Os anos passaram e com forças voluntárias realizamos uma grandiosa e histórica consulta popular, sim, mais de 600 mil pessoas foram consultadas, mais de 95 % disse sim ao processo de emancipação política e administrativa do amável povo sulista. Hoje, enfrentamos velhos problemas, muda o presidente, mas não muda o vírus chamado Brasília, através de emendas parlamentares compram votos de forma institucionalizada, o falso liberalismo busca até taxar livros, parece que o modelo inglês, de meados do século 19 (investimentos ferozes em educação), foi sufocado. No Brasil dos políticos, o povo é sufocado, os casos de corrupção são fonte de uma tremenda burocracia, de autoritarismo que retira o dinheiro dos estados e municípios, que faz o dinheiro sumir das mãos do povo. Eleições são apenas partes de um cenário de repressão, o dinheiro público não é respeitado, o sulista é tão agredido por Brasília, quanto o nordestino, o paulista, o mineiro. Os nossos aspectos culturais são engolidos pela versão do “samba” e “futebol”, na verdade somos também rodeios, somos gaúchos, somos músicas que narram toda lida do campo, sendo que na diversidade do Brasil é uma falsa unidade que tentam construir, algo que os sulistas não fazem parte. Uma proposta sulista é valorizar uma revolução farroupilha, uma história contada sobre uma guerra sangrenta chamada de guerra do contestado, um retorno dos tributos que jamais será justo diante o atual pacto federativo, uma necessidade urgente de nossa emancipação, pois temos condições econômicas necessárias para nossa libertação, enfim, temos tantas reivindicações, que convocamos o brasileiro honesto de cada estado brasileiro para um levante político e que torna inimigo o político corrupto, o centralizador, o incompetente e autoritário Estado brasileiro, o coronelismo e império precisam ter um fim. O direito de autodeterminação dos povos está ao nosso lado, nós somos o novo tempo, o novo caminho, o novo sorriso de cada filho sulista. Venha conosco e faça da região sulista um novo País.

* Autor do livro *Curvas da Verdade* (2015) e do livro *Operação Maçonaria ou Jesus Cristo* (2019), professor de Filosofia e Mestre em Práticas Transculturais.

ANEXO II – Breve história do sentimento emancipacionista do povo sulista

Em cada casa, esquina, estádio, fábrica, escola, universidade, enfim, em todos os cantos de nossa amada terra Sulista os gritos de nossos heróis Guayracá e Sepé Tiaraju ecoam novamente, de norte a Sul... “Co Yvy Oguereco Yara” ... É a divisa de luta nos chamando... Os clarins da batalha já se ouvem... Dia 7 de outubro, nosso glorioso exército estará novamente reunido, desta vez nas urnas, votando e assinando o Projeto de Lei da nossa liberdade.

De pé e a ordem soldados pacifistas do Sul!!!

Celso Deucher*

Nascido em Laguna/SC em 9 de abril de 1992, o Movimento O Sul é o Meu País completou 25 anos de atuação em 2017 e no próximo dia 7 de outubro vai realizar a maior Consulta Popular do Brasil sobre a opinião do nosso povo em relação a independência do Sul. Hoje somos o maior e mais importante Movimento de defesa do direito de autodeterminação da América Latina e não foi com pouca luta que chegamos até aqui. Nós, os atuais ativistas desta organização declaramo-nos herdeiros de uma tradição de resistência a opressão do poder central, hoje encastelado em Brasília, sede do governo brasileiro.

A história emancipatória do Sul começa em 1554, pouco depois do descobrimento do Brasil. Naquele momento histórico surge pela primeira vez, um sentimento nativista de amor a terra Sulista unindo nosso povo para lutar contra Portugal e Espanha, que disputavam este território. Liderados pelo grande herói Cacique Guayracá, fomos a guerra para defender nosso território. O resultado deste primeiro embate foi que os invasores assassinaram covardemente grande parte do nosso povo, sendo que poucos conseguiram escapar. Venceram a guerra, mas não mataram nosso sentimento de liberdade. A República Del Guayra que abrangia grande parte do atual estado do Paraná e um pedaço de Santa Catarina fincou seu nome na história deixando claro aos invasores que “Esta Terra Tem dono”.

Os compatriotas que conseguiram fugir, cerca de 80 anos depois, voltam ao nosso território e mais uma vez reorganizam nossa civilização nos Sete Povos das Missões. Novamente o Brasil nos negou o direito a nossa própria terra, perseguindo e por fim chacinando praticamente todos os habitantes das Missões. Desta guerra nasceria outro grande líder e herói da resistência Sulista, Sepé Tiarajú, que lutou sob a mesma divisa de Guayracá em todas as batalhas: Co Yvy Oguereco Yara (esta terra tem dono).

O sentimento de autogoverno voltaria à tona logo em seguida, em 1835, com a Revolução Farroupilha, quando novamente o Sul se levantou contra o Poder Central e desta vez conseguiu, por 10 anos, manter uma República Independente do Império Brasileiro. Mais uma vez, pelo uso da força, os Sulistas foram vencidos nos campos de batalha e obrigados a assinar um Tratado espúrio de Paz com o Brasil, depondo as armas e voltando ao trabalho para sustentar os corruptos e corruptores do poder central.

Mas essa Paz entre Sulistas e o Brasil durou pouco. Em 1883, pelos mesmos motivos, a falta de autogoverno, estourou a Revolução Federalista englobando os três estados meridionais e mais uma vez, o Brasil promoveu um banho de sangue, vencendo-nos através do terror das degolas e do assassinato em massa de nossos líderes na Ilha de Inhatomirim em Desterro, capital catarinense. Aliás, para nos humilhar ainda mais, o nome desta capital Sulista foi tragicamente mudado para “Cidade de Florianópolis” (Florianópolis), nome do tirano brasileiro que nos atacou. Mais uma vez perdemos a guerra e mais uma vez, tivemos que na marra, continuar sendo brasileiros.

Quando tudo parecia caminhar para duradouros anos sem conflito, em 1933, com a ascensão do ditador Getúlio Vargas ao poder, mais uma vez o Sul é atacado covardemente. Desta vez na sua cultura. Cunhamos já na década de 1990 a expressão “Genocídio Cultural no Sul do Brasil” para explicar e comprovar as perseguições, prisões e assassinatos ocorridos durante a 2ª Guerra Mundial em nosso território.

O que o Brasil fez conosco na década de 1940 foi uma tentativa de exterminar nossa diversificadíssima cultural, proibindo-nos de falar os idiomas de nossos antepassados e impondo apenas a língua portuguesa, e na marra. Hoje poderíamos ser um do povo poliglota falando até seis idiomas fluentemente (incluindo o Português) para nos comunicar com o próprio Brasil e com o mundo. Este verdadeiro genocídio cultural exterminou não apenas as línguas aqui faladas, mas seus significados. Todos sabemos que a língua de um povo é a condutora de sua cultura. Isso nos foi arrancado a ferro e fogo pelo poder central. Mais uma vez fomos obrigados a continuar sendo brasileiros na marra.

Hoje estamos tentando resgatar o que sobrou das nossas línguas originais a começar pelo Guarani e seus dialetos, o espanhol, o italiano, polonês, alemão, japonês, entre tantos outros idiomas que aqui existiam e que faziam e fazem parte daquilo que nós somos: Um povo

unido pela sua diversidade étnica e cultural. Por isso nosso orgulho de lutarmos juntos moldando nossa unidade pela nossa diversidade.

Passados os anos de guerra, uma relativa paz entre o poder central e os Sulistas fez-se sentir, até 1986, quando mais uma vez, a República Brasileira, já enclausurada no Planalto Central (Brasília), promove uma guerra civil não declarada entre as oligarquias regionais e jogam o País numa crise política e econômica que dura até os dias atuais.

Neste clima, nós, os emancipacionistas, voltamos a carga e criamos, em 1992, uma entidade legalmente constituída, para defender a causa do Povo Sul Brasileiro. O Movimento O Sul é o Meu País, representando este Povo, resolveu definitivamente depor as armas e abraçou a luta pacífica e plebiscitária, como estratégia para discutir e preparar o terreno para que esta brava gente possa tomar em suas mãos a conquista sagrada do seu direito de autodeterminação.

Ao chegar nos seus 25 anos, o Movimento se tornou a maior entidade de defesa do direito de autodeterminação dos povos da América Latina e está lastreado em mais de 960 municípios da região Sul do Brasil. Possui em seu histórico, batalhas e causas de peso vencidas contra o poder central, cujas vitórias garantiram a seus ativistas a liberdade de hoje poder se reunir e se organizar para defender a proposta de secessão, dentro da legalidade.

Uma das maiores conquistas foi, sem dúvida, vencer a inércia e a falta de mobilização dos Sulistas nos anos 1990 e chegar a 2017 com quase 30 mil militantes e lideranças e com uma aprovação de mais de 95% da população, ou seja, 27 milhões (dos 29,5 milhões) de cidadãos deste território.

É por este histórico e por estes motivos que cremos estarmos preparados e suficientemente maduros para exercer, com sabedoria e responsabilidade, o direito de decidir o futuro de nosso povo. Neste dia 7 de outubro, daremos mais um grande passo rumo a este futuro, votando e assinando conforme mandar nossa consciência. Ninguém pode nos tirar esta liberdade de decidir como queremos nosso futuro.

Em cada casa, esquina, estádio, fábrica, escola, universidade, enfim, em todos os cantos de nossa amada terra Sulista os gritos de nossos heróis Guayracá e Sepé Tiaraju ecoam novamente, de norte a Sul... “Co Yvy Oguereco Yara”... É a divisa de luta nos chamando...

Os clarins da batalha já se ouvem... Dia 7 de outubro, nosso glorioso exército estará novamente reunido, desta vez nas urnas, votando e assinando o Projeto de Lei da nossa liberdade.

De pé e a ordem soldados pacifistas do Sul!!!

*O autor é jornalista, historiador, ex-presidente e um dos fundadores do Movimento O Sul é o Meu País.